AGRICULTURA E INFLAÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
PERIÓDICOS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 9 N.º 2 FEVEREIRO DE 1985

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz e feijão), Francisco Antonio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessôa (algodão, laranja e olericultura), Irene Raguenet Troccoli (milho, avicultura e suinocultura), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (legislação) e Regis Norberto da Cunha Alimandro (cacau e café).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços no nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de Editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Damião Roberto Mattos Pinheiro.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213)

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

O tema diário, universal, constante, dos brasileiros é a persistente alta inflacionária. Todas as pesquisas de opinião o têm apontado como a grande preocupação de qualquer do povo. Aliás, é possível que as múltiplas referências e especulações quanto à taxa inflacionária exerçam algum papel de também alimentadoras do processo perverso de erosão do poder de compra da moeda. Afinal, a ênfase e a crença generalizada na quase irreversibilidade da escalada dos preços aplaina o caminho para aumentos sucessivos ainda maiores.

O presente número de **Agroanalysis** *traz como matéria de capa uma análise sucinta e singela das relações existentes entre a produção e a comercialização de produtos agrícolas e os índices inflacionários. Muito se tem dito a respeito desta associação, sendo bastante comum que se superestime a influência da agricultura, atividade complexa, extremamente dependente do comportamento de variáveis imunes a comandos, como o clima, e do desempenho dos demais Setores da economia.*

Na atividade agropecuária, há extensa diversidade de tipos de produtores, tecnologias empregadas, regiões de cultivo e formas de intermediação e qualquer elo dessa corrente é, em geral, bastante fraco, possibilitando seu fácil rompimento e gerando resultados adversos, nem sempre de pronto controle. Essas peculiaridades causam prejuízos e não benefícios aos agricultores em geral, mesmo em um momento como o de hoje, quando tudo se descarrega sobre os preços. Os segmentos que comercializam e beneficiam os produtos de origem agrícola estão muito mais bem organizados e lucram com a contínua mutação dos preços. É na atividade tipicamente urbana, em setores que não o agrícola, onde se detecta forte ascensão dos preços dos produtos originários do campo. Não se deve esquecer, contudo, que os comerciantes e industriais pagam aluguéis, taxas e impostos, carretos e outros serviços diversos, cujos preços são permanentemente majorados. A inflação é tanto causa como efeito.

Evidentemente, muitos dos problemas com que se defronta a agricultura brasileira afetam também os demais Setores da economia e estão a exigir uma política global de recuperação. As iniciativas atualmente praticadas, inseridas no receituário tradicionalmente recomendado pelo Fundo Monetário Internacional, ao privilegiarem a busca de grandes saldos positivos na balança comercial e o controle da demanda interna, passaram a enfocar, como fulcro responsável dos elevados índices inflacionários, as taxas internas de juros e de câmbio.

Esta edição circulará às vésperas de se concretizar profunda mudança política no país. Nasce, evidentemente, nova esperança, saudada efusivamente, como tudo o que é novo. Oxalá se possa comemorar, a curto prazo, o extermínio da inflação, a mais insidiosa de todas as moléstias que já atacaram o Brasil.

SUMÁRIO

AGRICULTURA E INFLAÇÃO . . 2

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS

- Ovos 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

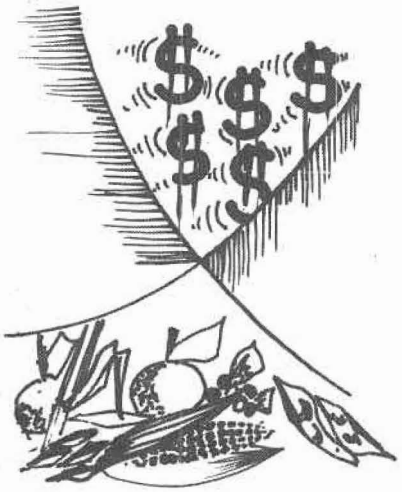
COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

AGRICULTURA E INFLAÇÃO

NOS ÚLTIMOS ANOS, ATRIBUIU-SE AO SETOR AGRÍCOLA GRANDE RESPONSABILIDADE PELA ACELERAÇÃO DOS ÍNDICES INFLACIONÁRIOS. SUA PARTICIPAÇÃO DIRETA NESTE PROCESSO É, PORÉM, BEM MENOR DO QUE A APREGOADA. NA VERDADE, INÚMEROS FATORES ALHEIOS À AGRICULTURA INTERFEREM NO COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA, PROVOCANDO, POR VEZES, RESULTADOS INESPERADOS.

A atual fase de transição por que passa o país reacende discussões sobre alguns temas de grande importância. Um deles é, sem dúvida, a necessidade de reformulação da política agrícola, objetivando assegurar à população abundância de gêneros alimentícios básicos e, à indústria, o suprimento adequado de matérias-primas.

Nos anos recentes, atribuiu-se aos produtos de origem agrícola, com muita insistência, a responsabilidade pela origem de intensa pressão inflacionária, decorrente das oscilações de sua oferta e, conseqüentemente, preços. Na verdade, porque é sabido que a produção de alimentos pouco se expandiu e que os preços agrícolas flutuam mais do que os de outros Setores da economia, acaba-se-lhes atribuindo participação exagerada na evolução dos índices agregados de preços. Aliás, isso ocorreu também em 1984.



QUADRO 01 – LAVOURAS SELECIONADAS – ÁREA OCUPADA NA REGIÃO CENTRO-SUL E RONDÔNIA – 1982–85
(1.000 ha)

PRODUTO	1982	1983	1984	1985
Algodão	872	915	763	1.118
Amendoim (1ª safra)	152	155	104	114
Arroz	4.275	4.008	4.088	3.724
Batata (1ª safra)	107	102	101	94
Feijão (1ª safra)	1.918	1.558	1.625	1.638
Mandioca	530	551	540	570
Milho	9.688	9.188	9.435	8.941
Soja	8.201	8.129	9.384	9.789

FONTE – IBGE.
OBSERVAÇÃO – Os dados referentes a 1982, 1983 e 1984 são de área colhida e os de 1985 referem-se à área plantada ou a plantar, de acordo com o Prognóstico da Produção Agrícola do IBGE, de dezembro de 1984.

O ano iniciou-se com anúncios de que o ritmo acelerado de crescimento dos preços dos produtos de origem agrícola, alcançado no segundo semestre de 1983, estimularia aumentos ponderáveis na área a ser cultivada com as diversas lavouras. A observação dos resultados da última safra, no entanto, desmente essa expectativa. A área colhida na região Centro-Sul (responsável pela maior parcela da produção agrícola) decresceu substancialmente nos casos do arroz, feijão e milho, se comparada com a de 1982, quando se registrou uma safra **normal**. Os dados do Quadro 01 mostram que a área ocupada com algodão, amendoim, arroz e mandioca foi menor em 1984 do que em 1983 – ano particularmente castigado por adversidades climáticas, que reduziram não só os rendimentos médios por hectare, mas também fizeram com que parcelas de áreas de algumas culturas fossem abandonadas, por perda total. Dessa forma, o desempenho de algumas das principais lavouras temporárias no Centro-Sul, em 1984, mostrou-se decepcionante, apesar de o clima ter sido relativamente normal.

Para 1985, as informações disponíveis preocupam. Os dados de área para as safras de 1982, 1983, 1984 e 1985, na região Centro-Sul, indicam quão acentuado deverá ser o decréscimo do plantio em 1985, se comparado com as últimas três safras (ver

Quadro 01). O arroz, por exemplo, teve a colheita de 1983 estimada numa área de 4 milhões de ha e uma previsão para 1985 de 3,7 milhões de ha. A área do feijão mantém-se no patamar dos 1,6 milhão de ha depois de ter alcançado 1,9 milhão, em 1982. No caso do milho, a diferença entre a área colhida de 1982 e a estimativa de plantio em 1985 é da ordem de 700 mil ha.

Do conjunto de oito produtos apresentados no Quadro 01, apenas o algodão e a soja tiveram crescimento ponderável no seu cultivo no período considerado. No caso do algodão, a explicação desse comportamento encontra-se nos excelentes preços obtidos pelos produtores na venda da safra, em 1984. Quanto à soja, a **explosão** das cotações em Chicago, em agosto e setembro de 1983, provocou um aumento expressivo do plantio em 1984. Além disso, a soja é a lavoura que prepondera nas áreas do Centro-Oeste que estão sendo incorporadas ao processo produtivo, contrastando com o que ocorre nos estados sulinos, onde a superfície plantada com a leguminosa se mantém praticamente estável nos últimos anos.

Em relação ao abastecimento interno, a safra de 1985, vista em conjunto, mesmo sob boas condições climáticas, deverá repetir o resultado dos últimos dois anos, ou seja, a produção situar-se-á próxima do consumo e em alguns casos sequer será capaz de atendê-lo. Em conseqüência, é provável que, este ano, mais uma vez, o Setor Agrícola venha a ser responsabilizado pela aceleração dos índices inflacionários. Nesta hipótese, restará aos consumidores a obrigação de pagarem preços excessivamente elevados pelos alimentos de sua cesta básica.



Numa economia indexada como a brasileira, onde os reajustes de preços de todos os bens se dão, no mínimo, a cada mês, e não raro acima dos índices aceitos como capazes de medir a inflação, é exagerado falar-se que algum produto agrícola foi a causa da **explosão** inflacionária. O Quadro 02 apresenta um exemplo hipotético que esclarece o assunto. Nele, são apresentadas as ponderações de determinados produtos de origem agrícola no **Índice de Preços por Atacado (IPA)** e o efeito sobre os índices de inflação, considerando um aumento de 20% nos preços desses produtos.

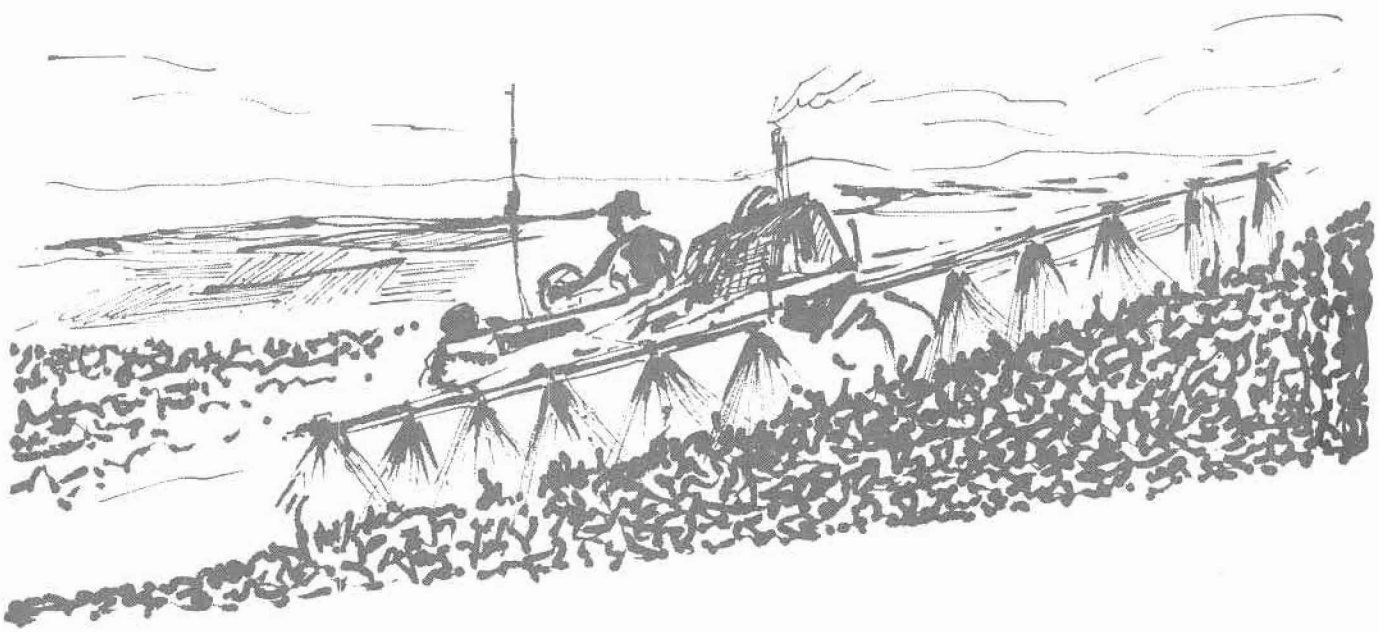
No caso do milho, por exemplo, verifica-se que o acréscimo gerado seria de 0,6% no **Índice Geral de Preços (IGP)**. Já os demais itens do Quadro têm pesos menores do que o do milho no IPA. Isso significa que o crescimento gerado por aumentos de 20% no preço do leite, do feijão ou do tomate representaria variações menores, entre 0,08% e 0,5%, no IGP.

Como, no período de um mês, alguns preços de produtos de origem agrícola se elevam e outros até caem em termos nominais, a participação da **agricultura** na aceleração da inflação é provavelmente menor do que se

QUADRO 02 – PRODUTOS SELECIONADOS – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO IPA E NO IGP, DE UM AUMENTO HIPOTÉTICO DE 20% NO PREÇO DO ATACADO[1]

PRODUTO	PONDERAÇÃO NO IPA–DI	AUMENTO MENSAL	ACRÉSCIMO PERCENTUAL NO IPA	ACRÉSCIMO PERCENTUAL NO IGP
Arroz beneficiado	1,80	20	0,36	0,22
Farinha de trigo	0,43	20	0,09	0,05
Feijão	3,84	20	0,77	0,46
Leite	4,26	20	0,85	0,51
Milho	5,01	20	1,00	0,60
Óleo de soja	0,31	20	0,06	0,04
Tomate	0,64	20	0,13	0,08
Batata-inglesa	1,04	20	0,21	0,12

FONTE – Conjuntura Econômica.
1 O IPA representa 60% do IGP.



costuma anunciar.

De qualquer forma, o Quadro 02 apresenta um modelo estático e a problemática da inflação é evidentemente mais complexa, mas, ainda assim, não deixa de ser um tema quotidiano. As pessoas imaginam que a inflação, ou o percentual divulgado no fim de cada mês, deveria refletir o aumento de suas despesas e daquelas dos membros da sua família.

Ocorre, entretanto, que o **Índice de Custo de Vida (ICV)** – que mede as variações nos preços que compõem o conjunto de gastos familiares – entra com peso 3 no **IGP**, contra o peso 6 do **Índice de Preços por Atacado** e o peso 1 do **Índice da Construção Civil.**

Além disso, a ponderação dos diversos itens dentro dos índices, em especial no **ICV**, não corresponde, muitas vezes, à participação atual desses itens nos orçamentos familiares. Um bom exemplo é o óleo de soja, que, nos últimos dez anos, passou a ocupar uma posição muito mais importante na cesta de consumo de gorduras (e de gorduras vegetais, em particular) do que há dez anos.

Somente a elaboração de uma nova pesquisa de despesas familiares, em desenvolvimento pela **FGV**, poderá corrigir as distorções existentes.

Finalmente, a política de compressão salarial, que já dura alguns anos, modificou drasticamente a participação dos diversos itens na composição das despesas familiares. É razoável supor que a alimentação tenha passado a ter um peso muito maior no conjunto dos gastos, o que faz com que as pessoas se tornem ainda mais sensíveis e atentas a quaisquer elevações de preços de gêneros alimentícios.

Todas essas argumentações certamente não solucionam o problema central: o aumento constante dos preços dos produtos de origem agrícola ofertados à população. É importante lembrar, contudo, que esse movimento nem sempre está refletindo o que ocorre na esfera da produção. O caminho percorrido, em termos de preços, desde o momento em que o agricultor vende a sua safra, é muitas vezes sinuoso e comporta uma quantidade tal de agentes, que é possível, em alguns casos, descobrirem-se tendências opostas de preços do mesmo produto, na mesma época, no campo e na cidade.

Os preços em nível do agricultor

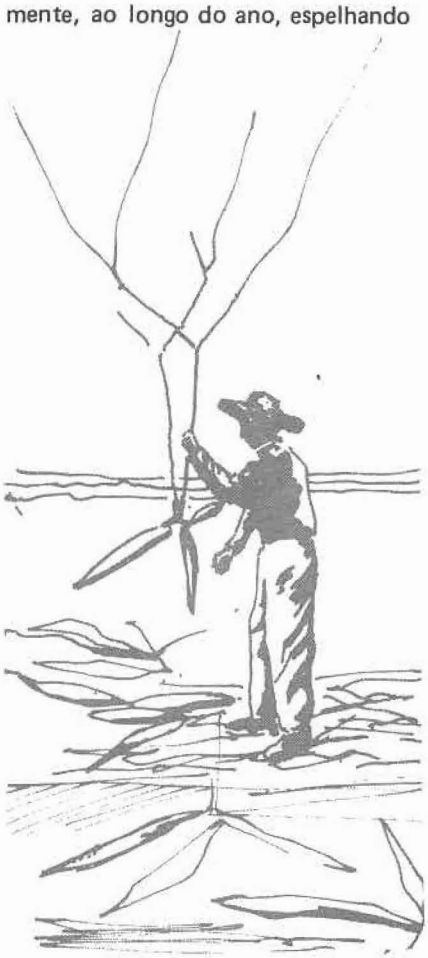
As características peculiares da atividade agrícola (cíclica e, por excelência, subordinada ao ritmo da natureza), a relativa perecibilidade dos produtos e a dispersão geográfica da produção contribuem para que os preços no nível do produtor rural sejam mais sujeitos às oscilações na oferta e na demanda do que os dos demais produtos negociados em outros Setores da economia.

Dois aspectos sobressaem no estudo do comportamento dos preços dos produtos agrícolas: sua flutuação sazonal, inerente ao ciclo produtivo, independentemente do patamar em que se encontram, e as oscilações de seus níveis, em função da quantidade oferecida a cada período(*). Estes fatos são, entretanto, obscurecidos, em muitas análises recentes, pelas altas taxas de inflação, que elevam os valores nominais e ofuscam as variações dos preços ao longo do tempo.

(*) **Considera-se que a demanda por produtos de origem agrícola, sobretudo os alimentícios, é mais estável, no médio prazo, do que a sua oferta, dependendo fundamentalmente do número de habitantes, de seu nível de renda e dos hábitos de consumo.**

Os Gráficos 01 a 07 apresentam os preços recebidos pelos produtores (constantes) para outubro de 1984 de lavouras selecionadas, nos principais estados produtores, no período de 1980 a 1984. À primeira vista, os dados revelam que, em 1984, os preços dos produtos alimentícios destinados ao mercado interno — arroz, batata, feijão, mandioca e milho — estiveram bastante baixos, indicando que, no confronto com a inflação, houve uma deterioração da remuneração desses produtos. É oportuno, no entanto, recordar que inúmeros fatores interferem no comportamento dos preços, no curto prazo, podendo, eventualmente conduzir a resultados inesperados.

No caso do arroz, em 1980, os preços constantes, que se colocaram num patamar inicial bastante elevado, reflexo de uma safra reduzida no ano anterior, caíram acentuadamente, ao longo do ano, espelhando a recuperação da safra. No ano seguinte, os preços apresentaram um padrão inverso, subindo apenas nos últimos meses do ano, antecipando a redução da safra seguinte. Já em 1983, o mercado se desenvolveu de um modo diverso. Os preços, que, em virtude da queda na produção, deveriam situar-se acima dos vigentes no ano anterior, persistiram em patamares baixos (ver Gráfico 01). Dois fatos explicam, em parte, esse comportamento: estoques elevados e redução da renda dos assalariados, diminuindo a demanda. No final do ano, importações autorizadas pela **Cacex** contribuíram para a queda de preços, em plena entressafra.



Tudo isso fez com que, em 1984, os preços do arroz registrassem os níveis mais baixos do qüinqüênio examinado. Note-se, ainda, que, no ano passado, a política de preços mínimos foi restringida pela contenção geral de despesas, havendo uma redução substancial do produto colocado em **EGF**. Também a venda do arroz através de **AGF** deu-se em quantidades inferiores ao que se esperava, numa conjuntura de cotações cadentes.

A batata-inglesa, cujos preços oscilam intensamente, devido à existência de três safras ao longo do ano e a sua maior perecibilidade, constitui um bom parâmetro para avaliar os padrões de comportamento dos preços dos hortigranjeiros. Também neste caso, o acompanhamento dos preços mostra uma deterioração no primeiro triênio: em 1983, a queda acentuada da produção provocou uma forte recuperação dos preços, que, no ano seguinte, caíram a patamares pouco superiores aos vigentes em 1982, os mais baixos no período (ver Gráfico 02).

Em termos de variações mensais, as flutuações de preços foram extremamente significativas e, em um terço dos meses analisados, registraram-se declínios nominais.

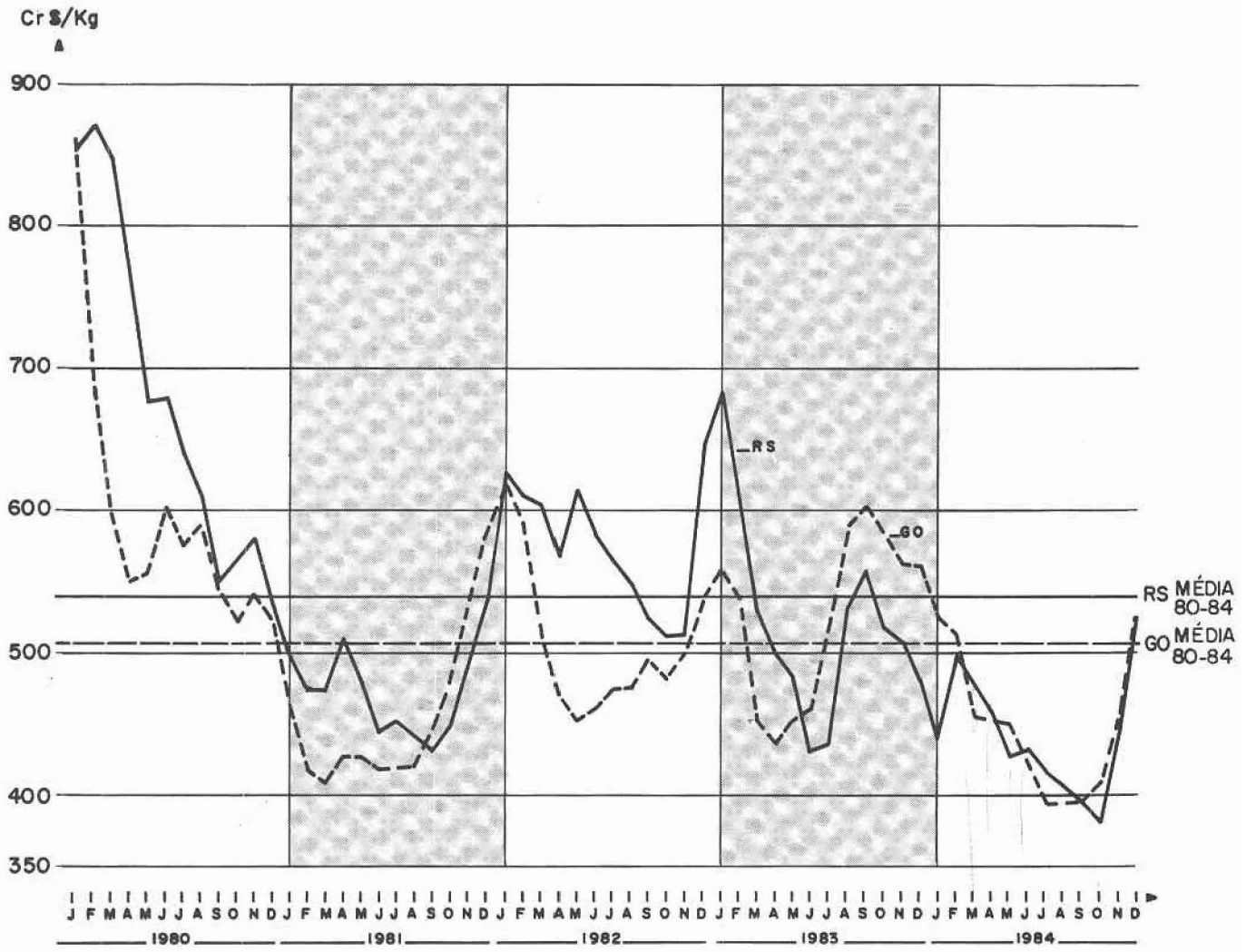
Por sua vez, os preços do feijão, apresentados no Gráfico 03, registraram, em 1984, um sensível aumento em relação aos vigentes no ano anterior. Este fato, à primeira vista, causaria estranheza, pois, nesse ano, a produção cresceu substancialmente. Entretanto, nos dois anos anteriores, os preços médios, no pico da colheita, foram os mais baixos do qüinqüênio e as quantidades de produtos colocados em **EGF** (96 mil t), assim como as vendas ao governo através de **AGF** (86 mil t) ficaram bem abaixo das médias registradas no quadriênio imediatamente anterior (130 mil t e 380 mil t, respectivamente). É importante lembrar que as altas dos preços do feijão tradicionalmente afetam o consumidor, o que tem levado as autoridades da área econômica a empregar uma série de controles (tabelamentos, importações) para amenizar seu impacto. Assim, é possível inferir que, como, em 1984, as restrições às despesas do governo impediram uma ação mais drástica de controle dos preços, estes apenas se recompuseram ligeiramente.

Os preços da mandioca também registraram ligeira recuperação em 1984, como demonstra o Gráfico 04. Neste caso, a análise do comportamento do mercado é mais complexa, dadas as características estruturais da lavoura: cultivo predominante de pequenos produtores, industrialização no próprio estabelecimento agrícola e possibilidade de estocagem no solo (isto é, a mandioca pode ser colhida a qualquer momento, num prazo de vários meses, a partir de sua maturação). Ainda assim, é bom ressaltar que os preços da mandioca persistem abaixo dos vigentes em 1983, apesar de a produção ter declinado no período.

Dentre os produtos alimentícios destinados ao mercado interno, o milho provavelmente apresentou o melhor desempenho em 1984, embora os preços, no auge da colheita, ainda equivalessem aos vigorantes em 1981 (que foram os mais altos do qüinqüênio, conforme o Gráfico 05).

ARROZ – PREÇOS RECEBIDOS(1) PELOS PRODUTORES DO RIO GRANDE DO SUL E GOIÁS, EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E TOTAL DE EGF's E AGF's – 1980–84

GRÁFICO 01



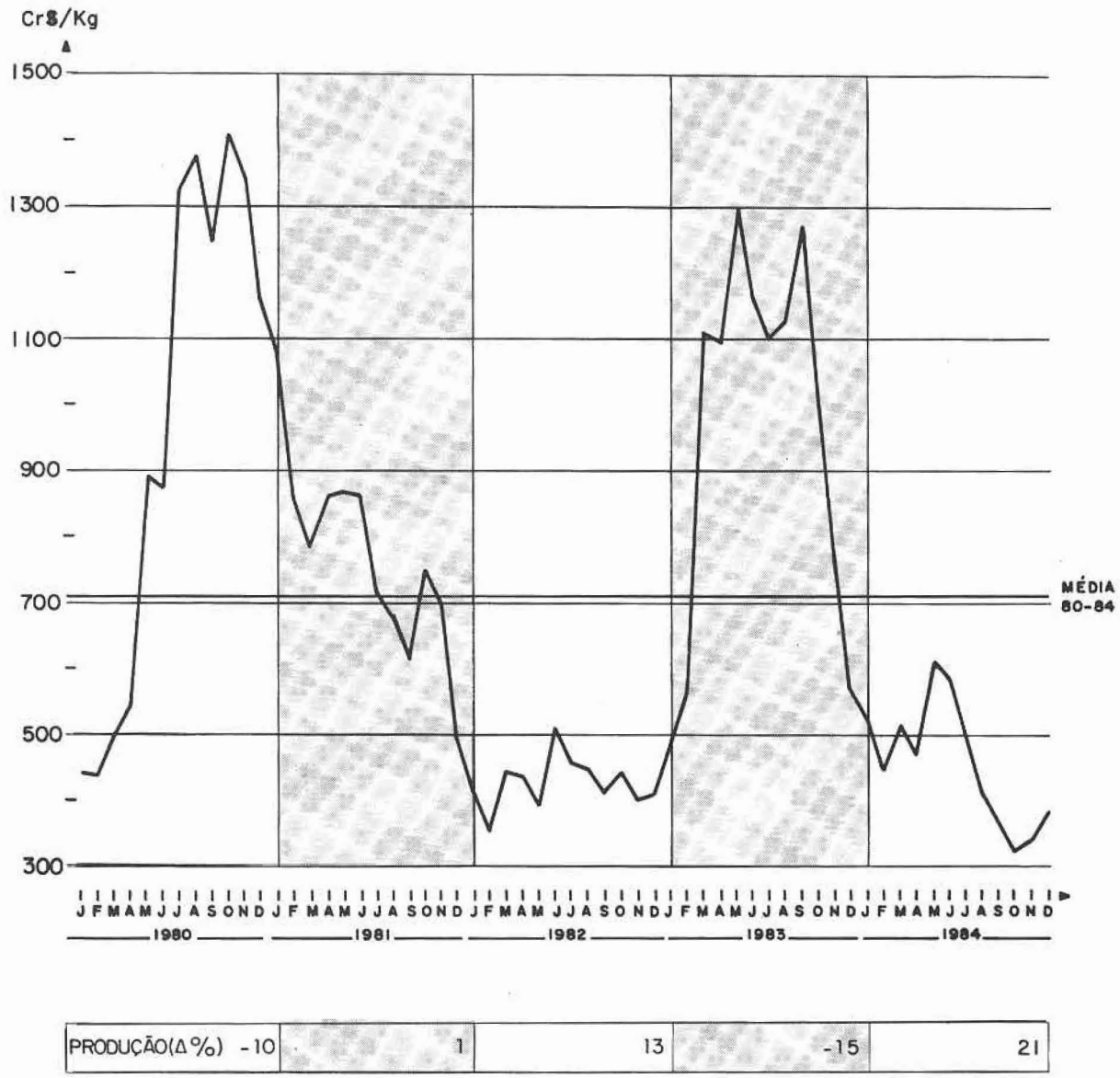
PRODUÇÃO (Δ %) 29		-16	18	-20	16
EGF (t)	1.504.956	1.374.099	1.751.403	2.008.987	941.067
AGF (t)	221.868	800.000	733.343	501.142	664.534

FONTE – FGV/IBRE/CEA, IBGE e CFP.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, para dezembro de 1984.

BATATA-INGLESA – PREÇOS RECEBIDOS(1) PELOS PRODUTORES DE SÃO PAULO E EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO – 1980–84

GRÁFICO 02



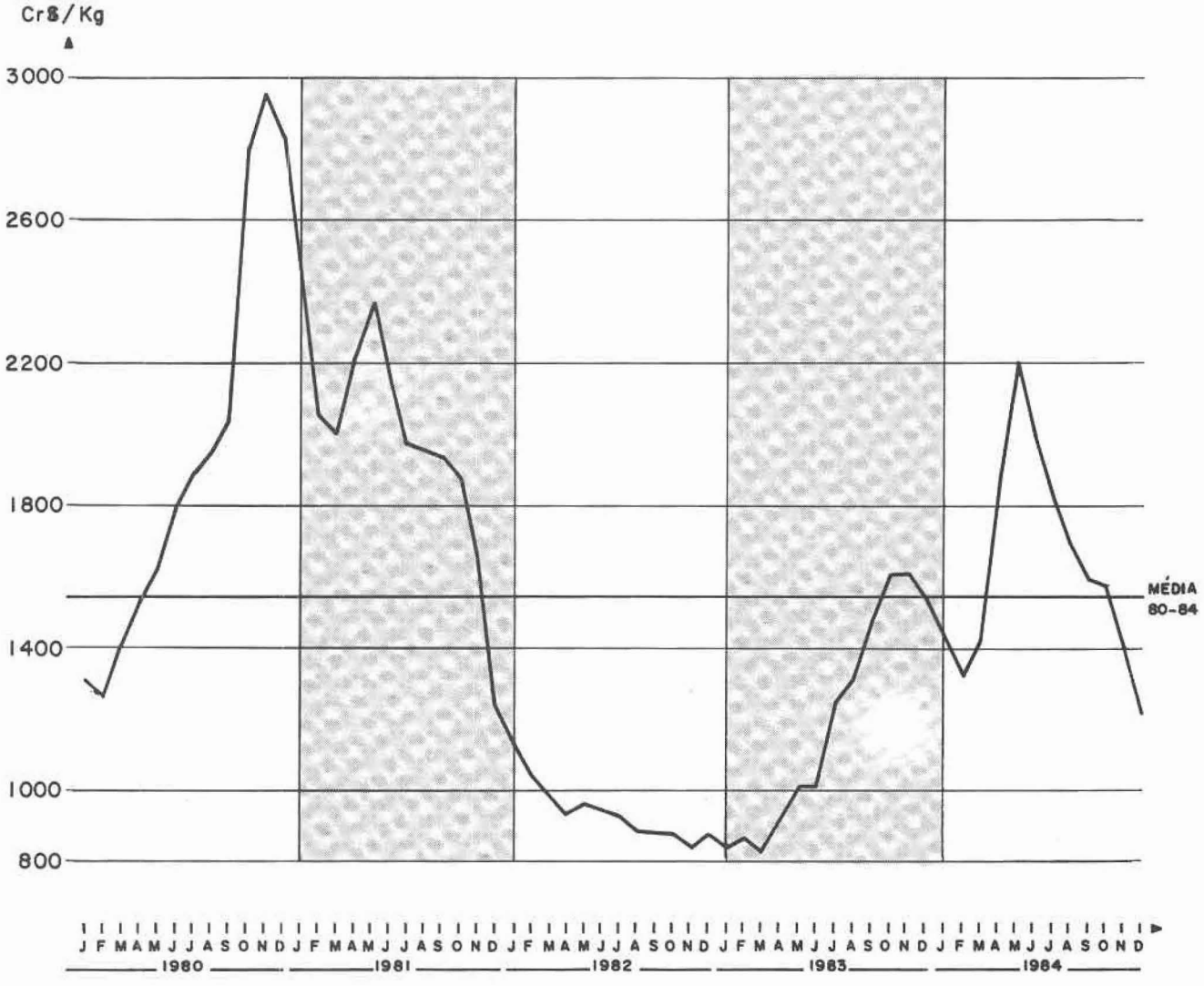
PRODUÇÃO(Δ%)	-10	1	13	-15	21

FONTE – FGV/IBRE/CEA e IBGE.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, para dezembro de 1984.

FEIJÃO – PREÇOS RECEBIDOS(1) PELOS PRODUTORES DO PARANÁ, EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E TOTAL DE EGF's E AGF's – 1980–84

GRÁFICO 03



PRODUÇÃO (Δ %)	-10	19	23	-45	66
EGF (t)	26.207	129.623	288.412	75.770	95.926
AGF (t)	–	18.537	1.054.595	161.421	85.907 [2]

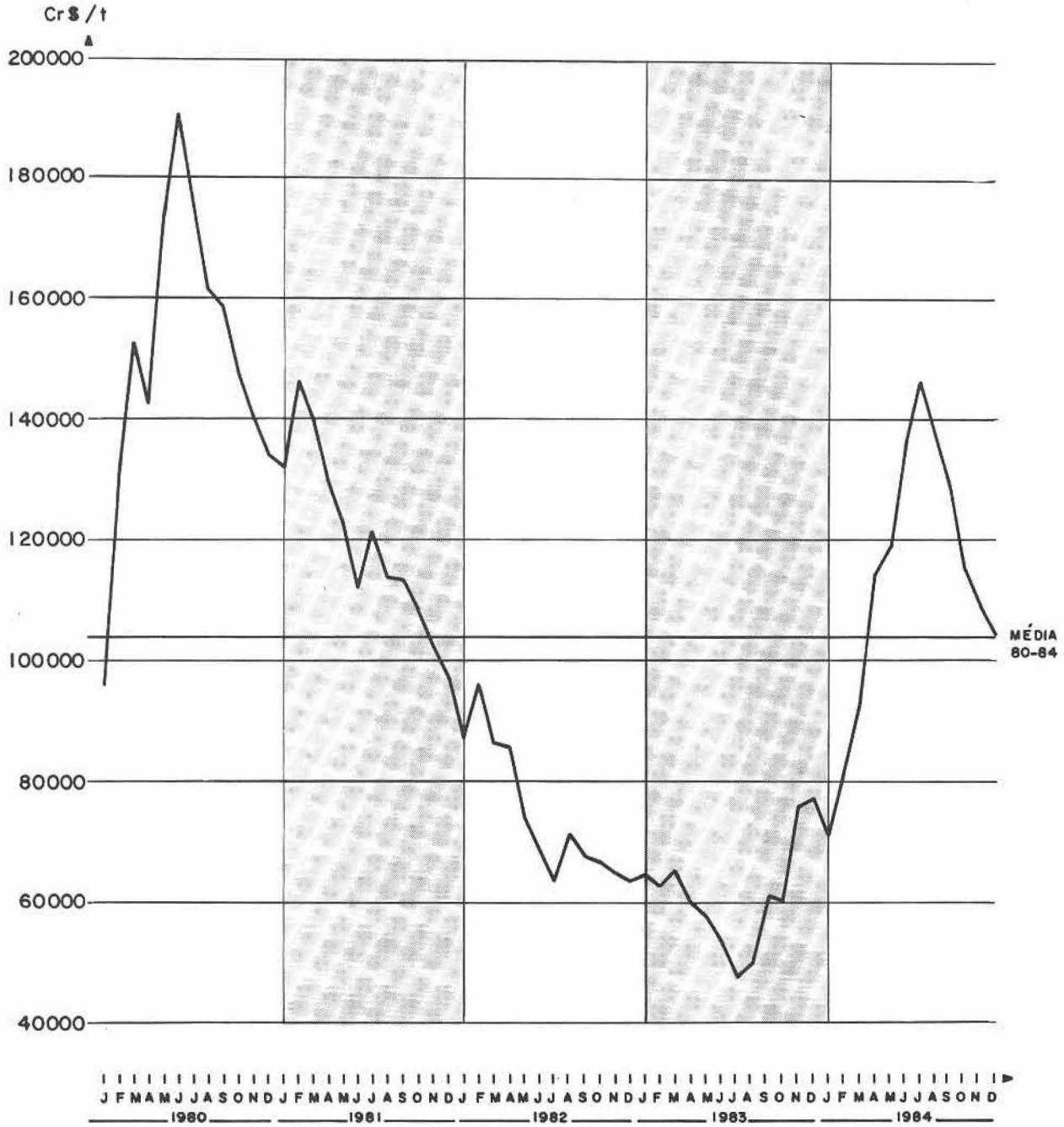
FONTE – FGV/IBRE/CEA, IBGE e CFP.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, para dezembro de 1984.

(2) AGF's referentes a feijão nacional. Foram, ainda, adquiridas pela CFP cerca de 31 mil t de feijão importado.

MANDIOCA – PREÇOS RECEBIDOS(1) PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA, EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E TOTAL DE EGF's E AGF's – 1980–84

GRÁFICO 04



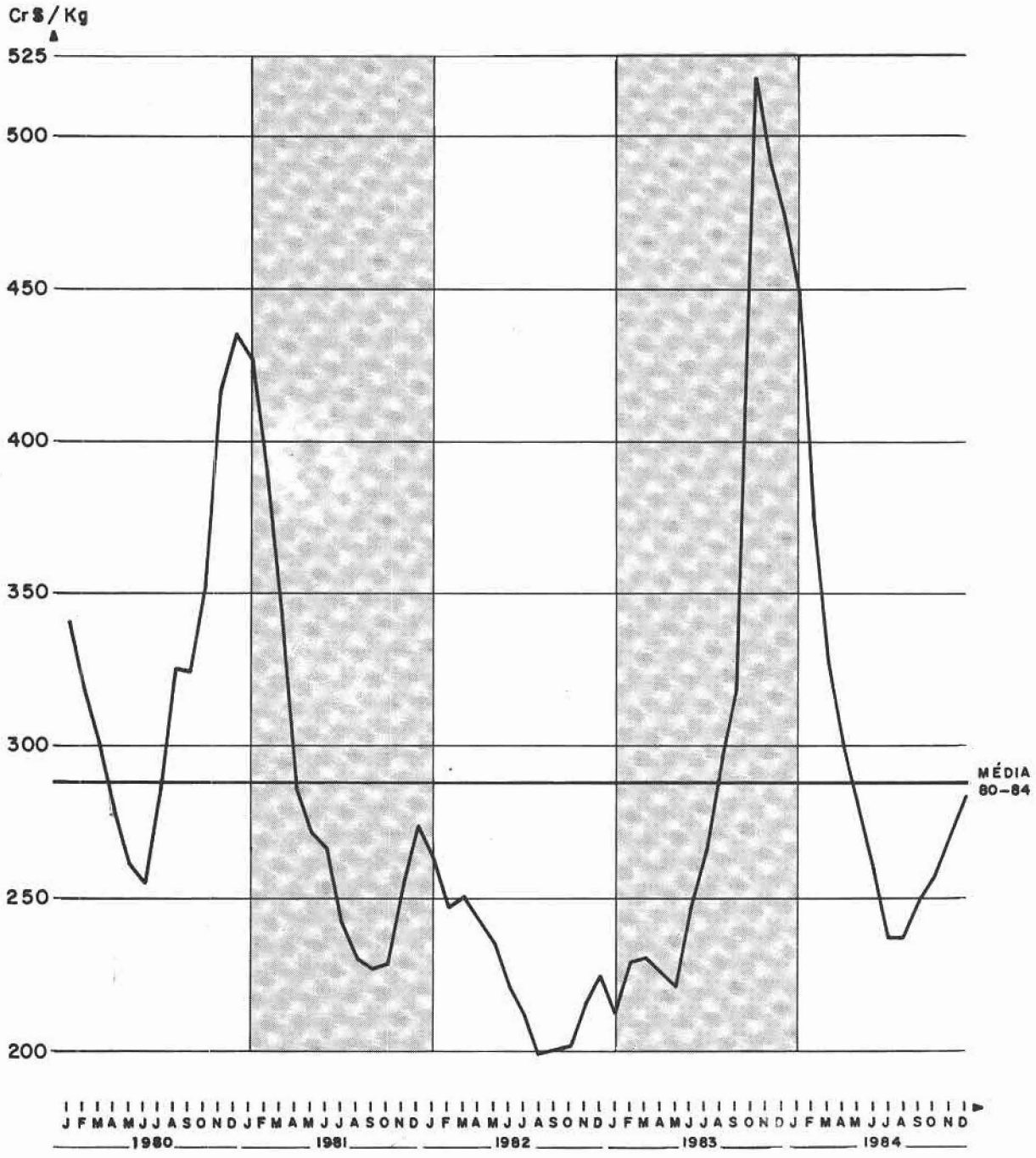
PRODUÇÃO (Δ%)		-6	4	-2	-10	-1
EGF(t)	farinha	6.637	6.629	23.906	20.524	...
	fécula	10.946	13.502	30.188	22.907	...
AGF(t)	farinha	–	–	8.577	5.591	...
	fécula	–	–	–	–	...

FONTE – FGV/IBRE/CEA, IBGE e CFP.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, para dezembro de 1984.

MILHO – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES DO PARANÁ, EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E TOTAL DE EGF's E AGF's – 1980–84

GRÁFICO 05



PRODUÇÃO(Δ%)	25	4	3	-14	13
EGF(t)	1.532.794	3.752.376	3.072.900	2.223.675	1.726.357
AGF(t)	404	64.391	3.530.604	1.376.545	175.714[2]

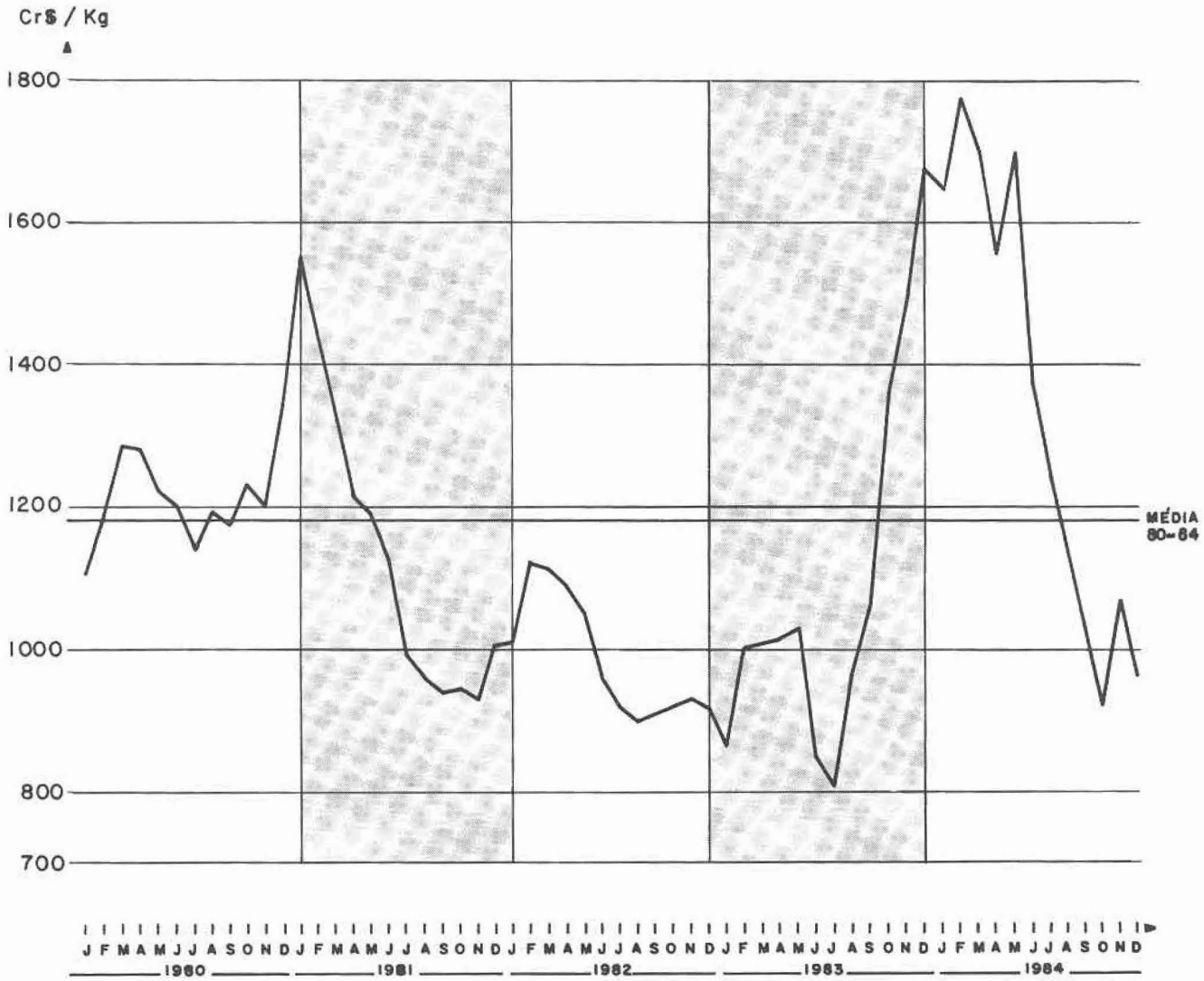
FONTE – FGV/IBRE/CEA, IBGE e CFP.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, para dezembro de 1984.

(2) AFG's referentes a milho nacional. Foram, ainda, adquiridas pela CFP 294 mil t de milho importado.

ALGODÃO EM CAROÇO – PREÇOS RECEBIDOS(1) PELOS PRODUTORES DE SÃO PAULO, EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E TOTAL DE EGF's E AGF's – 1980–84

GRÁFICO 06



PRODUÇÃO (Δ%) 2		1	1	-17	35
EGF(t) caroço 461.087		467.327	549.182	567.414	612.245
pluma 279.574		235.841	253.749	219.112	
AGF(t) caroço	–	246	2.808	5	159
pluma	–	12.511	59.566	20.317	2.794

FONTE – FGV/IBRE/CEA, IBGE e CFP.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, para dezembro de1984.

Destaque-se que essa *performance* se configurou apesar das inúmeras intervenções por parte do poder público, dado seu caráter estratégico como principal componente dos custos de produção de aves e suínos.

Os preços dos produtos mais voltados para a exportação — algodão e soja — apresentaram recuperação a partir de meados de 1983, embora tenham estado bastante comprimidos em boa parte do período examinado.

A recuperação dos preços do algodão no segundo semestre de 1983 (ver Gráfico 06), provocada pela exportação de algodão em pluma, não beneficiou os produtores do Centro-Sul, que já tinham vendido a safra. Como, ainda assim, a relação de preços algodão/soja favorecia esta última, os produtores de algodão reduziram, no Centro-Sul, a área de plantio da safra de 1984, permitindo a manutenção dos preços em níveis elevados, o que, por sua vez, estimulou o plantio da safra nordestina (que é colhida no segundo semestre). Em conseqüência disso, e do fim da seca que se abateu durante cinco anos na região, o aumento da safra nordestina foi responsável pela elevação da produção brasileira, embora provocasse, também, um sensível declínio das cotações, a partir de maio.

É interessante observar — e isto se aplica, evidentemente, aos demais produtos — como os preços de uma determinada região ou estado refletem, com freqüência, o que ocorre em outras regiões, chegando mesmo a inverter o que deveria ser o ciclo sazonal dos preços.

Os preços recebidos pelos agricultores, no caso da soja, são bastante influenciados pelo movimento das cotações internacionais, já que boa parte da produção é vendida ao exterior na forma de farelo. O Gráfico 07 ilustra bem este fato. Apenas em 1980, constatou-se uma acentuada discrepância entre o comportamento dos preços recebidos pela soja em grão e o das cotações do farelo no mercado internacional. Diversas circunstâncias contribuíram para isso. No primeiro semestre daquele ano, as exportações brasileiras quase foram paralisadas pela recusa dos agricultores em aceitar o Imposto de Exportação que fora estabelecido, em fins de 1979, para compensar os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro. No mercado internacional, o embargo de cereais à União Soviética, proposto pelos Estados Unidos da América (do qual o Brasil não participou), provocou redução nas cotações internacionais, motivo invocado pelas autoridades para extinguir o referido imposto.

No segundo semestre, os preços no mercado mundial se recuperaram, em virtude da seca que afetou seriamente a safra norte-americana. Entretanto, o Brasil não se beneficiou do fato, pois teve que realizar as vendas no segundo semestre, quando também entrava no mercado mundial a safra dos **EUA**. Assim, enquanto a média das cotações internacionais do farelo foi, em 1980, de US$ 275/t, o preço médio registrado pela **Cacex** foi, no mesmo ano, de US$ 220/t.

Os preços no atacado

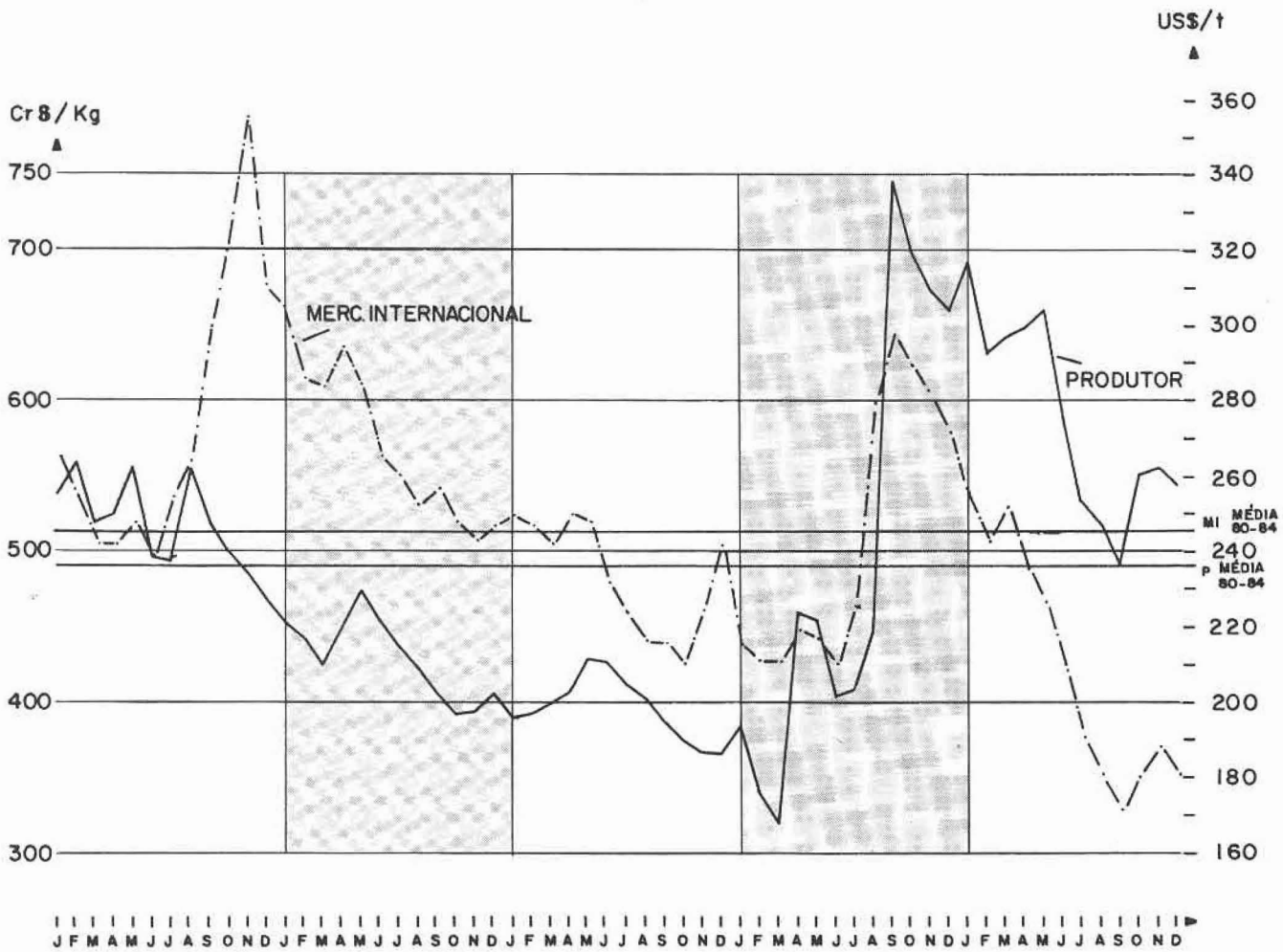
Como já foi indicado anteriormente, as variações mensais dos preços recebidos pelos produtores são influenciadas, em boa medida, pelo ciclo sazonal de cada produto: sobem na entressafra para cair durante a safra. No trajeto que percorrem entre o produtor e o consumidor, os preços dos produtos agrícolas refletem, também, esse ciclo, além de incorporarem outros fatores de natureza exógena à produção, que podem reforçar ou neutralizar aquela tendência. A distância geográfica entre os locais de produção e de processamento, ou consumo, implica custos de transporte que podem encarecer substancialmente os preços finais, embora o agricultor tenha vendido sua colheita ao preço mais baixo do ciclo estacional. O intervalo temporal entre o momento da colheita e o do consumo implica, por sua vez, custos de estocagem (encargos financeiros, aluguel do espaço físico de estocagem etc).

Duas conseqüências daí advêm.



SOJA – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES DO RIO GRANDE DO SUL, PREÇOS DO FARELO NO MERCADO INTERNACIONAL[2], EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E TOTAL DE EFG's E AGF's – 1980-84

GRÁFICO 07



PRODUÇÃO(Δ %)48		-1	-14	14	7
EGF (t) 5.127.409		5.780.369	6.779.811	6.787.999	3.578.497
AGF (t)	14.455	229	2.609	85	-

FONTE – FGV/IBRE/CEA, Oil World, IBGE e CFP.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, para dezembro de 1984.

(2) Cotação no mercado *spot*, **FOB** – Hamburgo; farelo com 44/45% de proteína.

Se, de um lado, tanto a distância física, quanto o período de tempo entre produção e consumo acrescem o preço final do produto de origem agrícola, isto representa, de fato, o preço de um benefício ao consumidor, que não tem que se preocupar com a possível falta de gêneros, à medida que a época da safra se distancia. Por outro lado, isso significa que fatores alheios à agricultura passam a influenciar os preços dos produtos de origem agrícola. Desnecessário citar, por exemplo, os impactos da política monetária sobre as taxas de juros dos recursos destinados a financiar a estocagem ou as repercussões dos preços dos combustíveis sobre os custos de transporte.

A variação percentual, mês a mês, dos preços nominais no nível do agricultor e dos produtos de origem agrícola no atacado, para o qüinqüênio considerado, ajuda a elucidar a questão (ver Gráficos 08 a 12)(**).

Da observação dos Gráficos, conclui-se que a oscilação dos preços no atacado é menor do que a verificada no nível do produtor. Isso sugere que o processo de intermediação tende a diluir as variações de preços ocorridas ao longo do ano, o que pode ser considerado um benefício para o consumidor. Por outro lado, no momento em que quedas acentuadas dos preços no nível do produtor são amortecidas, no atacado, há um prejuízo, por assim dizer, no que se refere à evolução das taxas de inflação, que tendem a cair menos do que seria de se esperar, em função do decréscimo dos preços pagos ao agricultor.



A intensidade menor das oscilações de preços no atacado, relativamente às ocorridas no nível do produtor, é um fato esperado, de acordo com os postulados da teoria econômica, que atribui justamente este papel à intermediação. Evidentemente, para que esta atividade possa desempenhar com eficiência suas atribuições, são necessárias várias condições, nem sempre presentes no mercado, como sua **transparência** (isto é, conhecimento pleno por parte de todos os agentes do mercado do que ocorre no mesmo), existência de mecanismos que assegurem liqüidez a custos compatíveis etc. À falta destas condições, surgem oportunidades para ações puramente especulativas de manipulação dos preços que, embora sejam muitas vezes detectáveis, não são facilmente evitadas.

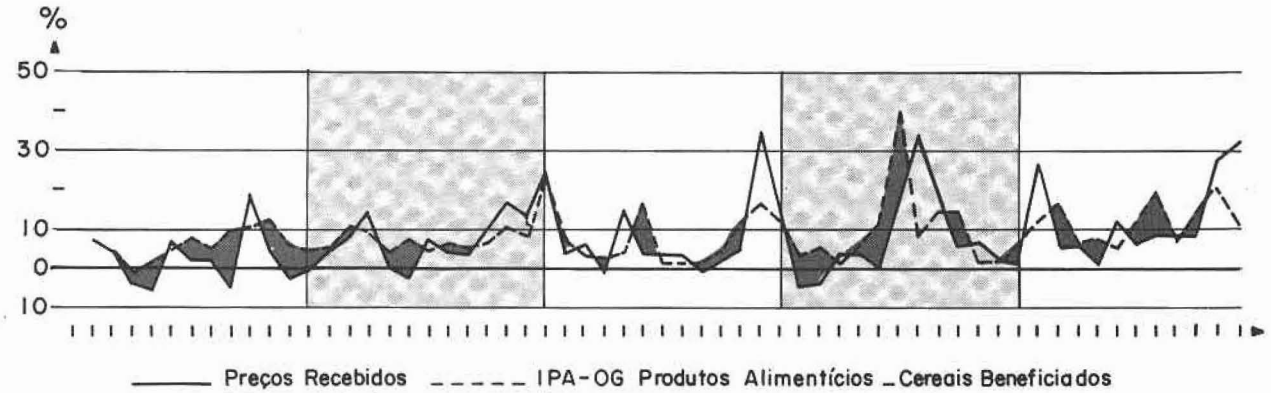
A diferença entre os percentuais de variação dos preços recebidos pelos agricultores e o daqueles no atacado pode fornecer uma indicação relativa de quanto o Setor Agrícola contribuiu, ou não, para acelerar o ritmo da inflação. Por exemplo, no caso do arroz, em 1983 e 1984, o somatório dos intervalos em que as variações dos preços no atacado superaram as dos recebidos pelos agricultores (áreas sombreadas) é maior do que o somatório dos intervalos em que as variações dos preços no atacado foram menores do que as dos recebidos pelos agricultores (áreas brancas). Isto indica que as variações dos preços recebidos pelos produtores devem ter contribuído para reduzir o ritmo de crescimento dos preços dos cereais beneficiados.

Já com relação ao feijão, verificou-se o inverso em 1984. Entretanto, é preciso ter cuidado para não inferir apressadamente que, no atacado, estaria ocorrendo um processo especulativo. Conforme menção anterior, o intermediário tem vários outros custos, tais como mão-de-obra, instalações, transportes, impostos e aluguéis. Lamentavelmente, inexistem no país dados que permitam aferir a participação de cada um desses custos nas diferentes etapas do processo de transferência dos produtos agrícolas, desde o estabelecimento rural até o consumidor final e, portanto, verificar qual o componente que sobressai.

(**) Devido às naturais dificuldades de se selecionar um preço representativo no nível de atacado, optou-se por considerar a evolução mensal do subconjunto do *IPA* no qual o produto em apreço tivesse maior participação percentual. A linha contínua representa a variação dos preços nominais no nível do agricultor e a linha pontilhada, a dos preços no atacado. As áreas sombreadas indicam os períodos em que a variação dos preços no atacado supera a variação no nível do produtor rural.

ARROZ – RIO GRANDE DO SUL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS CORRENTES E DE ÍNDICES SELECIONADOS NO ATACADO

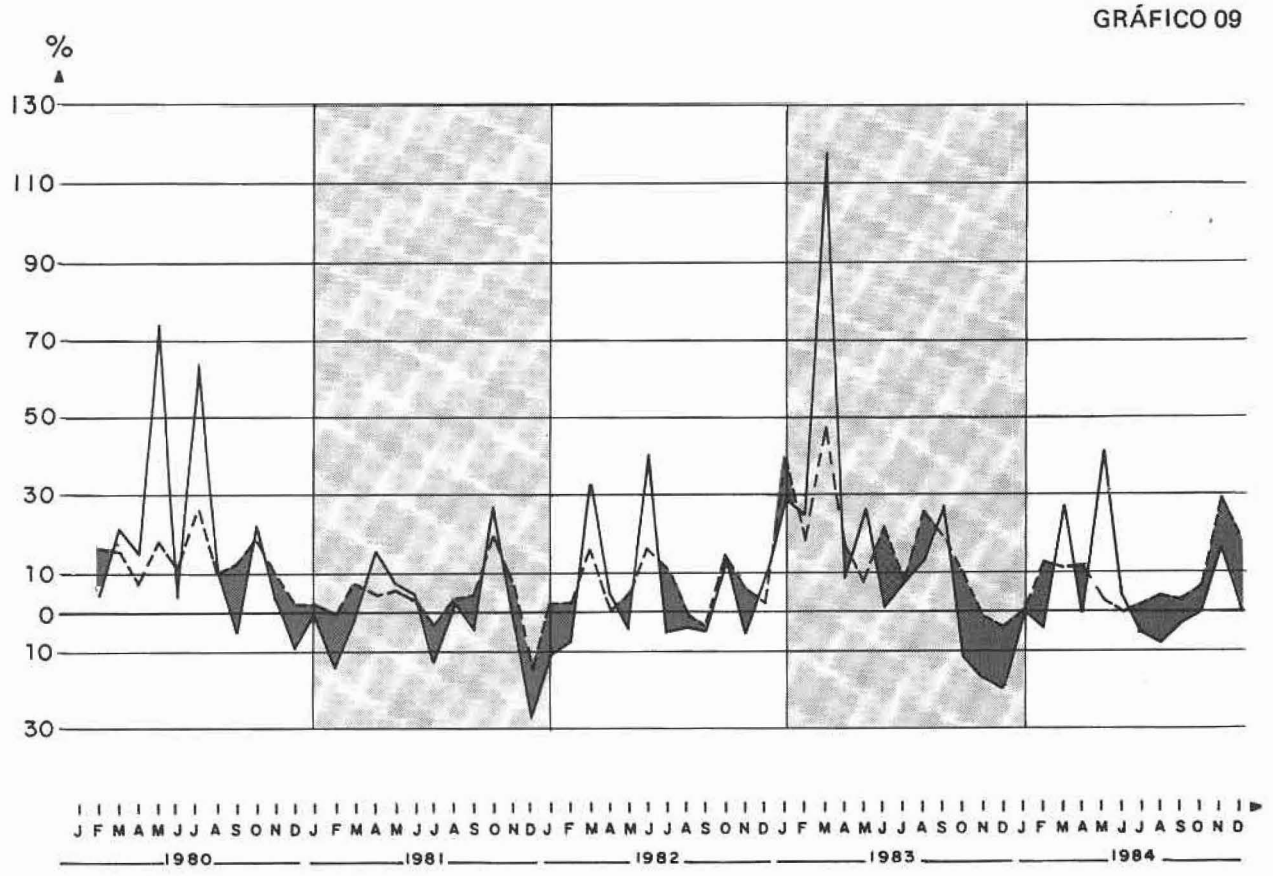
GRÁFICO 08



FONTE – FGV/IBRE/CEA.

BATATA-INGLESA – SÃO PAULO – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS CORRENTES E DE ÍNDICES SELECIONADOS NO ATACADO

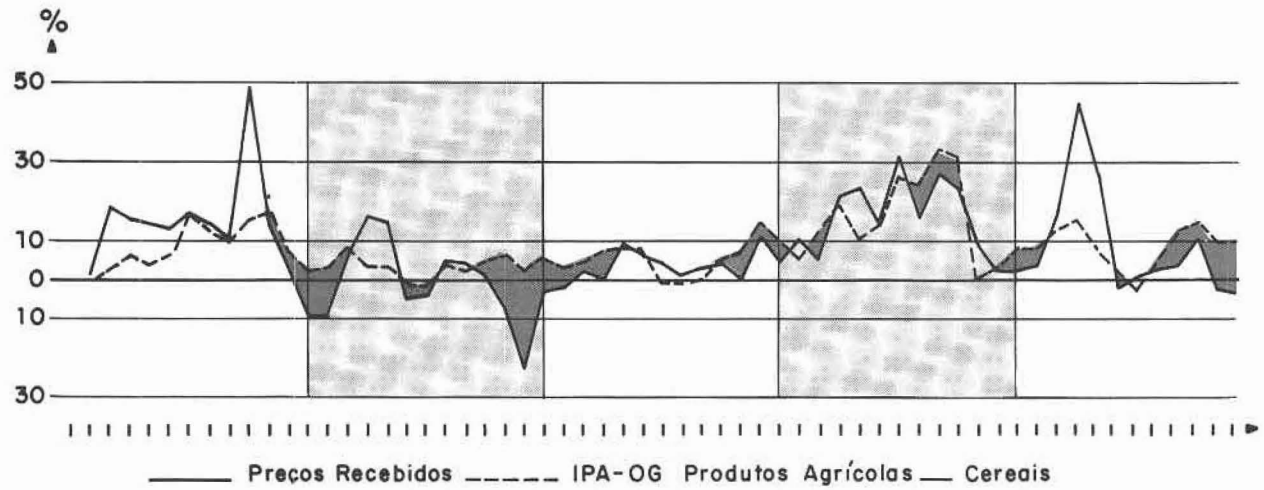
GRÁFICO 09



FONTE – FGV/IBRE/CEA

FEIJÃO – PARANÁ – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS CORRENTES E DE ÍNDICES SELECIONADOS NO ATACADO

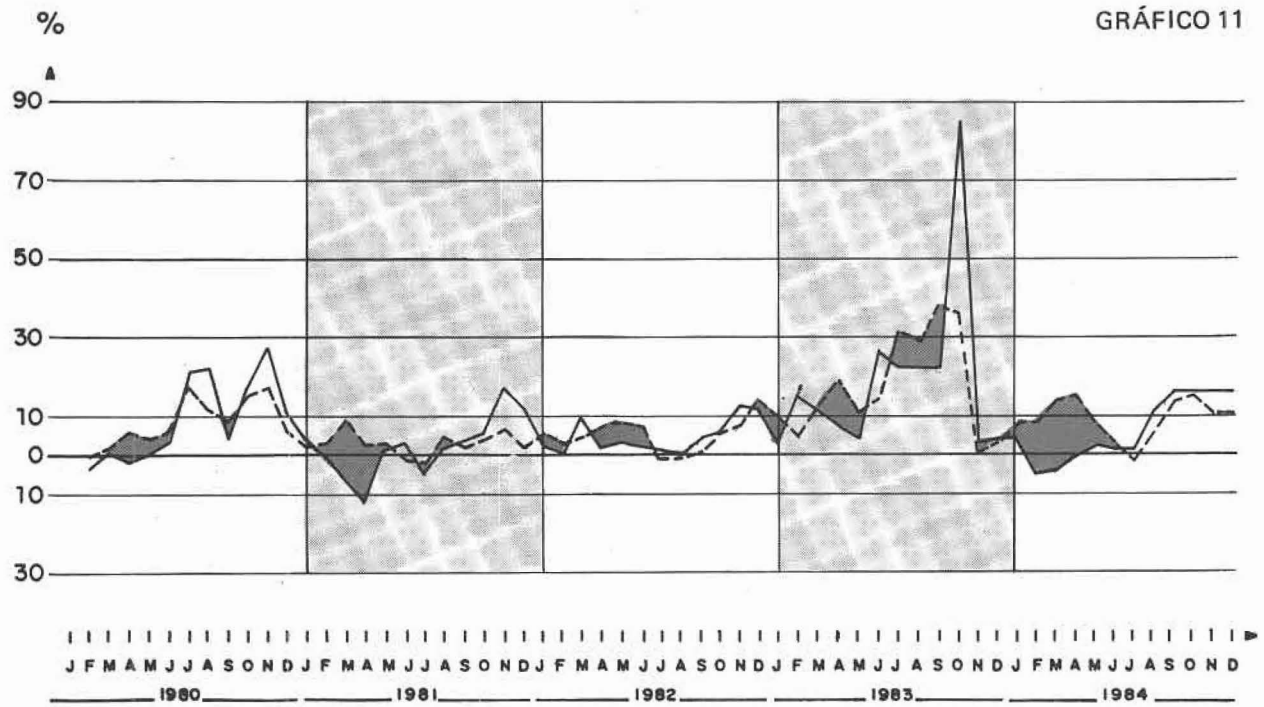
GRÁFICO 10



FONTE – FGV/IBRE/CEA.

MILHO – PARANÁ – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS CORRENTES E DE ÍNDICES SELECIONADOS NO ATACADO

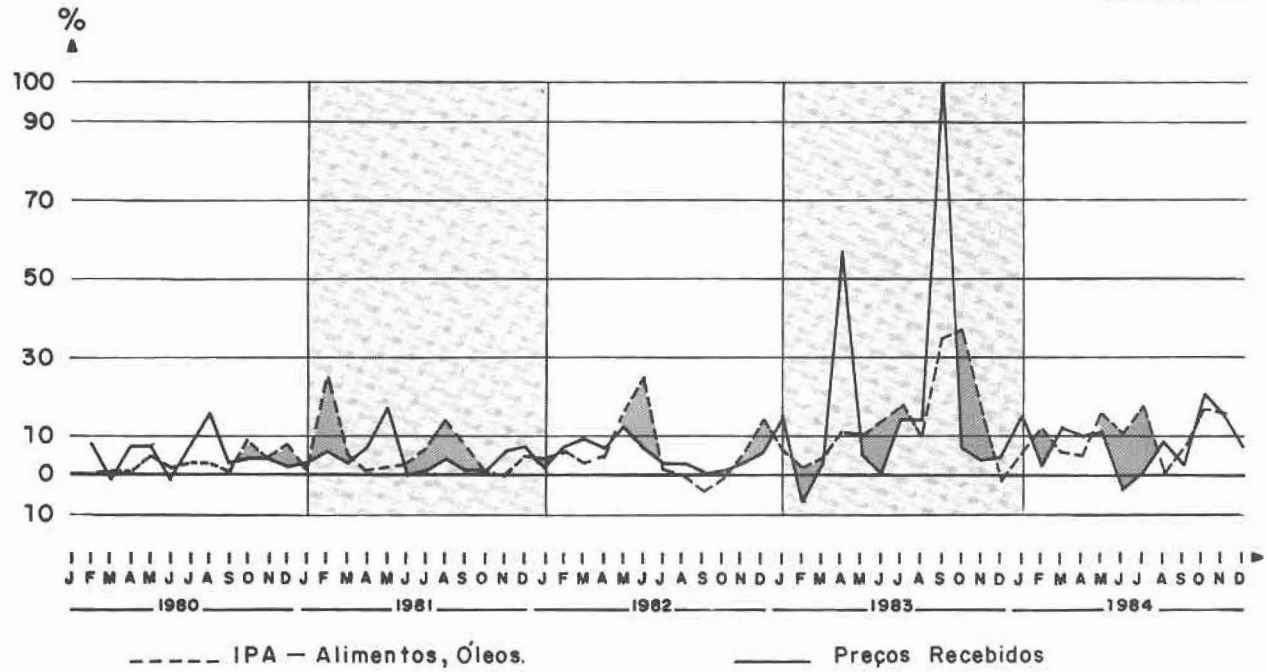
GRÁFICO 11



FONTE – FGV/IBRE/CEA

SOJA – RIO GRANDE DO SUL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS CORRENTES E DE ÍNDICES SELECIONADOS NO ATACADO

GRÁFICO 12



FONTE – FGV/IBRE/CEA

Aritmética da inflação

Numa economia como a brasileira, em que taxas de inflação elevadas perduram há vários anos, apesar dos esforços para combatê-las, e em que a indexação é generalizada, o acompanhamento dos índices de preços tornou-se prática rotineira. Esses índices são indicadores agregativos e, portanto, seu valor depende, em boa parte, da forma como são construídos: sistema de ponderações e período usado como base do cálculo são elementos, por exemplo, que inevitavelmente se refletem nos resultados registrados.

Há, ainda, outras restrições, que muitas vezes não são levadas em conta ao se examinarem as taxas de inflação. Isto porque, os índices são uma variação percentual e isto tem uma conseqüência freqüentemente esquecida: quando se trata de uma variação positiva não há, *a priori*, limite para seu valor. Quaisquer preços (ou quantidades) podem aumentar 1%, 10%, 1.000%. Entretanto, quando se trata de uma variação negativa, os valores não podem passar do piso 100(***).

A partir desse condicionamento aritmético, a sistemática utilizada tende a dar um peso maior às altas de preços do que à sua redução. Este é, obviamente, um fenômeno que não se restringe aos índices de preços de produtos de origem agrícola. Entretanto, como os preços de tais produtos oscilam mais intensamente, chegando a cair em termos nominais, o esquecimento dessa circunstância conduz, com freqüência, à adoção de medidas que podem, paradoxalmente, agravar o problema. Seria o caso, por exemplo, de tabelar ou de importar o produto no pico da entressafra. Ao desconsiderar que se trata de uma alta sazonal, que será compensada em poucos meses com a entrada no mercado de nova safra, a adoção de tais medidas poderá levar o agricultor a reduzir o plantio, ou diminuir os tratos culturais. Neste caso, a possível alta de preços gerada por uma safra reduzida não se circunscreverá aos meros limites da estação.

(***) **Por exemplo: imagine-se que o preço de algum produto tenha subido entre dois períodos de Cr$ 20 para Cr$ 60, ou seja 200% (Cr$ 60 x 100/Cr$ 20) – 100). Se no período seguinte o preço cair para Cr$ 15, a queda terá sido de apenas 75% ((Cr$ 15 x 100/Cr$ 60) – 100).**



Conclusão

Do exposto, pode-se concluir que a contribuição dos preços dos produtos agrícolas, no nível do agricultor, à aceleração das taxas de inflação, nem sempre pode ser considerada como direta e decisiva. Se bem que as flutuações de tais preços são freqüentemente mais intensas do que aquelas verificadas em outros Setores da economia, não há dúvida de que essas oscilações são tão intensas no sentido da alta quando no da baixa, o que deveria resultar numa quase neutralidade, no longo prazo.

Entretanto, também não é possível desconhecer duas outras circunstâncias. De um lado, os produtos agrícolas são transferidos a outros segmentos da economia — indústria e comércio — onde se lhes acrescentam custos de processamento, fazendo com que os preços dos produtos de origem agrícola estejam sujeitos a diversas influências, cujas repercussões, em termos de pressão altista, poderão estar enviesadas. Por outro lado, o citado condicionamento **aritmético** tende a reforçar as pressões altistas e diminuir aquelas que se dão no sentido de baixa. Portanto, considerando-se que o processo inflacionário é alimentado por expectativas, e estas são formadas, em boa parte, pelo comportamento passado dos preços, resulta ser de fundamental importância que os índices de preços não sejam encarados como um padrão de medida absoluto, ou invariável, mas antes como um indicador geral, sem grande precisão. Em resumo, é necessário deixar de procurar um **culpado** pela inflação e começar a enfocar de forma mais abrangente as distorções do processo produtivo que geram pressões sobre os preços.

No que diz respeito à agricultura, é necessária a regularização da oferta de gêneros básicos. Isso implica a tomada de medidas de acompanhamento do fluxo quantitativo dos produtos ao mercado consumidor e, principalmente, de seus preços, desde o produtor até a rede varejista.

Assim, simultaneamente ao aumento da produção, é preciso acionar mecanismos que preservem uma razoável remuneração ao produtor (empréstimos de comercialização, por exemplo), pois, caso contrário, a conseqüência natural será a retração da área destinada à cultura na próxima safra.

Além disso, a existência de estoques reguladores, adquiridos pelo governo nas safras abundantes, colocados quando há necessidade (real ou provocada) desses gêneros no mercado, é a única forma verdadeira de as autoridades intervirem, de maneira positiva, na comercialização dos produtos agrícolas.

Ao contrário, o que vem ocorrendo amiúde é a tentativa de elevar a produção de forma a forçar uma redução nos preços de produtos agrícolas com vistas ao combamos de comercialização permanecem os mesmos, os recursos para financiamento das safras e compra de eventuais **excedentes** vêm-se reduzindo drasticamente nos últimos três anos e inexistem estoques reguladores, os preços dos produtos de origem agrícola, como prevê a teoria, podem até cair no nível do produtor. No entanto, tomam novo fôlego no caminho para a cidade.

Cabe destacar, ainda, que os preços dos alimentos teriam gerado maiores pressões sobre os índices inflacionários não fosse a recessão econômica e a queda dos salários reais. Provavelmente por isso, não se teve notícia de crises de abastecimento nos últimos anos.

Em 1985, a situação do abastecimento não deverá ser muito tranqüila. Caso se concretizem as previsões de uma política destinada a aumentar o nível de emprego, é de se esperar uma expansão da demanda por alimentos. Nesta hipótese, mesmo que até a colheita as condições climáticas sejam favoráveis, poderá ser necessário importar alguns produtos sob pena de se ver de novo a **instabilidade** da agricultura anulando os esforços do combate à inflação.

OVOS

AS VARIAÇÕES QUE OCORREM NA PRODUÇÃO DE MILHO E A VIGILÂNCIA DOS PREÇOS SÃO OS PRINCIPAIS FATORES QUE FAZEM DA CRIAÇÃO DE POSTURA UMA ATIVIDADE INSTÁVEL. ALÉM DISSO, A POLÍTICA DE CONTENÇÃO DE SALÁRIOS NÃO TEM PERMITIDO O AUMENTO DO CONSUMO DE OVOS, AINDA MUITO BAIXO NO PAÍS.

Com um total relativamente modesto, a produção de ovos é bastante concentrada. O estado de São Paulo responde por cerca de 40% da produção de pintos e 60% da de matrizes de postura. De acordo com o **USDA**, a oferta comercial estimada para o ano de 1984 não ultrapassou 708 milhões de dúzias, 6% a menos do que em 1983 e quase 17% a menos do que em 1981 e 1982, quando o país chegou a produzir, comercialmente, 850 milhões de dúzias (ver Quadro 03). Da produção total de matrizes de postura entre 1971 e 1983, cerca de 73% corresponderam às de ovos brancos. Isto porque o custo de produção destas é menor do que o das de ovos vermelhos, além de a sua poedeira apresentar produtividade ligeiramente superior à de ovos vermelhos (ver Quadro 04).

QUADRO 03 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO COMERCIAL DE OVOS E DA DISPONIBILIDADE PER CAPITA ANUAL – 1970–85
(milhões de dúzias e unidade/ano)

ANO	PRODUÇÃO	DISPONIBILIDADE PER CAPITA
1970	470	61
1971	490	62
1972	510	63
1973	500	60
1974	500	58
1975	500	57
1976	510	57
1977	521	57
1978	550	58
1979	600	62
1980	800	81
1981	850	84
1982	850	82
1983	750	70
1984[1]	708	65
1985[2]	750	67

FONTE – UBA (1970–83) e USDA (1984–85).
[1] Estimativa.
[2] Previsão.

Em 1984, a produção brasileira representou somente 2% da produção dos 35 países maiores produtores mundiais, que apenas repetiram o desempenho registrado no ano anterior. A **URSS** e o **Egito** aumentaram sua produção em 3,1% e 4,8%, respectivamente. Por outro lado, o bloco de países formado por **Argentina, Brasil** e **Venezuela** contraiu sua oferta em 3,2% e a **Europa Ocidental** registrou estabilidade na produção.

Outrossim, ainda é muito baixo o consumo de ovos no Brasil. Sua disponibilidade no mercado, em termos *per capita*, depois de ter atingido o pico de 84 unidades/ano em 1981, decresceu 22,6% em 1983, alcançando apenas 65 unidades/ano (ver Quadro 03).

A instabilidade que caracteriza a avicultura brasileira de postura deve-se, principalmente, à política oficial de vigilância dos preços. Isto ocorre em razão do peso relativamente elevado que os ovos apresentam no cálculo do **ICV**: 2,3% do item *alimentação no domicílio*, que, por sua vez, apresenta a mais alta ponderação (37,5%) entre os oito itens que compõem o cálculo deste índice.

QUADRO 04 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MATRIZES DE POSTURA – 1971–83
(cabeças)

ANO	OVOS BRANCOS	OVOS VERMELHOS
1971	606.650	161.763
1972	472.654	173.149
1973	516.489	115.644
1974	423.762	101.263
1975	456.984	125.920
1976	495.009	124.835
1977	471.504	142.380
1978	556.948	209.549
1979	545.808	297.918
1980	657.329	271.147
1981	765.509	313.705
1982	657.222	318.849
1983	511.794	271.598

FONTE – UBA.

Em segundo lugar, as variações observadas na produção de milho (principal componente alimentício da ração, com 62%) atuam como agente inibidor da expansão continuada da avicultura de postura, uma vez que a alimentação das poedeiras representa 80% no custo de produção de ovos. No caso de quebra da safra do cereal, o reflexo não é só imediato como bastante significativo sobre o preço final dos ovos.

De 1978 a 1982, o preço real recebido pela dúzia de ovos no estado de São Paulo declinou, muito embora o preço relativo ovo/ração tenha-se recuperado em 1982 (ver Gráfico 13). Se a produção de milho foi crescen-

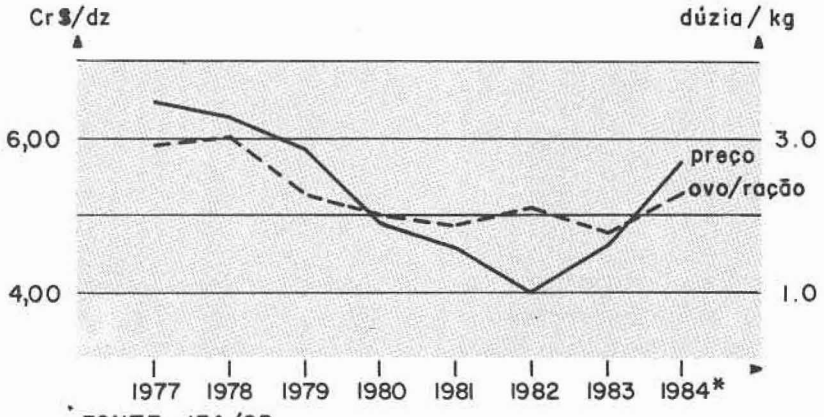
te de 1978 a 1982 (e, por conseguinte, desvalorizou-se o preço real da ração para poedeiras), não foi possível evitar a queda dos preços recebidos pelos avicultores, pois a oferta de ovos ou apresentou crescimento acelerado (1981) ou se estabilizou (1982). Quando, em 1983, a oferta começou a diminuir, imediatamente aumentou o preço dos ovos no nível do produtor. O preço relativo ovo/ração somente se recuperou em 1984, pois a reduzida safra de milho colhida em 1983 encareceu sobremaneira o preço da ração. Em 1983, especificamente, o resultado econômico da exploração avícola só não foi pior (ocorreram problemas no abastecimento do milho e houve aumento de 3% no preço real da ração para poedeiras, comparativamente ao ano precedente) porque registrou-se uma queda de 12% na produção de ovos (ver Gráficos 13 e 14).

Paralelamente, a política de contenção de salários, há anos adotada no país, em nada contribuiu para amenizar o quadro de dificuldades com que constantemente se defronta o segmento avícola de postura. Na cidade de São Paulo, por exemplo, de acordo com a pesquisa no varejo realizada pelo **Instituto de Economia Agrícola**, a relação salário mínimo médio/dúzias de ovos, depois de ter chegado a 134 dúzias/ano em 1982, decresceu para 89 dúzias/ano em 1984. Ou seja, no espaço de dois anos, o poder aquisitivo do salário mínimo médio em dúzias de ovos diminuiu 34%.

Para 1985, o **USDA** previu que a oferta brasileira de ovos apresentará crescimento de 6% sobre o total produzido em 1984, alcançando 750 milhões de dúzias. No entanto, tendo em vista as informações desencorajadoras que se têm veiculado a respeito do abastecimento de milho em 1984/85, é bem provável que eventuais planos expansionistas no segmento de postura venham a ser revistos, mesmo porque não parece possível uma recomposição, no curto prazo, do poder de compra da população.

ESTADO DE SÃO PAULO — PREÇO REAL* RECEBIDO PELO PRODUTOR DE OVOS (Cr$/dz) E PREÇO RELATIVO OVO/RAÇÃO (dz/kg) — 1977 A 1984**

GRÁFICO 13

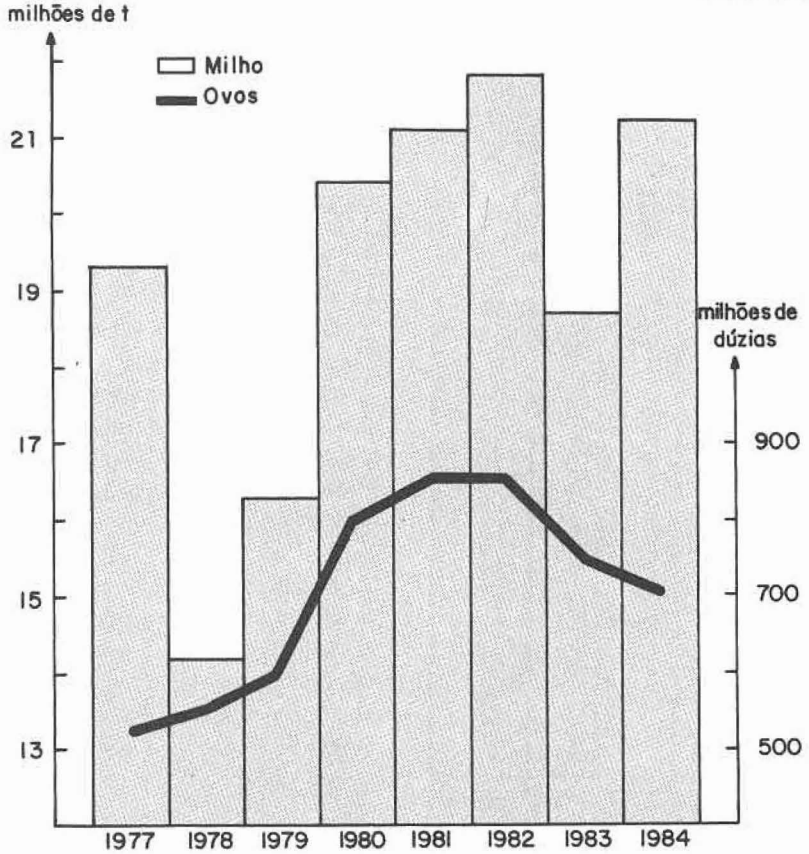


FONTE - IEA/SP

* IGP - DI Col.2 para 1977
** janeiro a novembro

BRASIL — PRODUÇÃO DE MILHO (milhões de t) E PRODUÇÃO DE OVOS (milhões de dúzias) — 1977 A 1980*

GRÁFICO 14



FONTE - IBGE, CFP, UBA E USDA

* Estimativa

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR

A *Resolução nº 04/85,* de 28/01/85, do *IAA,* adia a implantação do sistema de pagamento de cana-de-açúcar de fornecedores pelo teor de sacarose e pureza nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, para a safra 1985/86, dando às unidades industriais prazo até 30/05/85 para a instalação, ou complementação, da estrutura de apuração do citado teor.

A medida leva em consideração a inexistência, na região, de órgãos de classe de fornecedores, juridicamente constituídos, e a ausência de um perfil para cana-de-açúcar e unidades industriais *(Diário Oficial* de 05/02/85).

O *Ato nº 05/85,* de 05/02/85, do *IAA,* reajusta os preços-base da tonelada da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool (ver Quadro 05). O reajuste foi de 50% em relação aos preços fixados em setembro de 1984. Nesse intervalo, a variação do *IGP–DI* foi de 38% *(Diário Oficial* de 06/02/85).



CAFÉ

A *Resolução nº 11,* de 29/01/85, do *IBC,* autoriza as indústrias de café solúvel e/ou de torrefação e moagem, que o solicitarem, a utilizar nas embalagens de seus produtos destinados ao mercado interno, o logotipo do Instituto. Para que tal autorização seja concedida, as empresas não deverão ter sofrido, num prazo de doze meses a partir de sua publicação, qualquer punição por adição ou constatação de impurezas ou substâncias estranhas ao produto por elas industrializado.

A medida visa a melhorar a qualidade do café consumido no mercado interno, e as autorizações terão validade por um ano, prorrogável por mais um, a critério do *IBC,* que não cobrará remuneração pelo uso de seu logotipo.

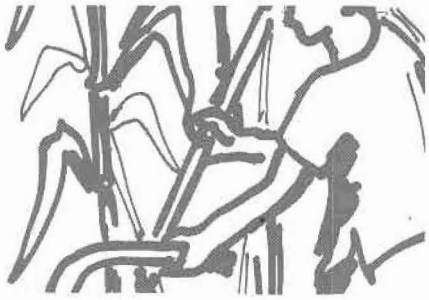
A *Resolução nº 12,* de 30/01/85, do *IBC,* informa que o Instituto colocará à venda café dos estoques governamentais através de pregões especiais da *Bolsa de Mercadorias de São Paulo.*

A *Resolução nº 13,* de 30/01/85, do *IBC,* esclarece que as quotas individuais de exportação alocadas pelo Instituto a exportadores e cooperativas de produtores deverão ser utilizadas nos prazos fixados pelas *Instruções de Exportação.* O não cumprimento desses prazos importa em cancelamento das quotas e rateio das mesmas entre os exportadores e cooperativas que tiverem cumprido os

prazos.

A *Resolução nº 14*, de 30/01/85, do *IBC*, estabelece que o cancelamento de Declarações de vendas, por não cumprimento de suas condições, implica na perda de igual volume da quota individual do produtor, mesmo que a transação cancelada se destine a país não membro do acordo.

A *Resolução nº 15*, de 30/01/85, do *IBC*, explicita que, de acordo com normas baixadas pelo *Banco Central* do *Brasil*, a opção entre aplicação de câmbio futuro e de câmbio a contratar deverá ser feita na data de registro da venda, sendo impossível alteração posterior (*Diário Oficial* de 04/02/85).



QUADRO 05 – BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL			NORTE/ NORDESTE
	Rio de Janeiro	Minas Gerais/ Espírito Santo	Demais estados	
Preços da cana-de-açúcar (Cr$/t)				
no campo	35.283	34.514	33.587	42.899
na esteira	47.925	46.975	45.841	57.598
Remuneração ao produtor[1] (Cr$/50 kg)				
Açúcar cristal *standard*	37.768	33.083	32.590	43.218
superior	40.376	35.690	35.197	45.825
especial	41.679	36.994	36.501	47.129
Preços do açúcar e do álcool para o mercado interno[2]				
Açúcar cristal (Cr$/50 kg) *standard*	56.121	56.084	56.077	56.199
superior	59.311	59.274	59.266	59.388
especial	60.906	60.868	60.861	60.983
Álcool (Cr$/l)				
anidro	1.189	1.174	1.171	1.218
hidratado	1.126	1.112	1.109	1.154
Preços do açúcar e do álcool para exportação				
Açúcar (Cr$/50 kg) demerara		35.227		46.873
cristal especial		40.561		44.662
refinado granulado		48.664		50.146
Álcool (Cr$/l)				
anidro	1.183	1.169	1.166	1.212
hidratado	1.120	1.106	1.103	1.149

FONTE – IAA, Ato nº 05/85.

[1] A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização.

[2] Os preços aqui considerados são os *preços oficiais de faturamento*, que incluem PIS, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquotas de 17%.

CRÉDITO RURAL

O *Comunicado Derur nº 848,* de 28/01/85, do *Banco Central do Brasil,* autoriza a prorrogação parcial, até 15/06/85, dos *EGF's* referentes às sementes de algodão, arroz, milho, soja e sorgo da safra 1983/84, na região Centro-Sul. O valor da prorrogação não poderá ultrapassar 60% do saldo devedor de *EGF* na data de seu vencimento inicial e estará sujeito a encargos financeiros de correção monetária (calculados pela variação da *ORTN*) e juros de 24% a.a. (*Diário Oficial* de 31/01/85).

A *Circular nº 912,* de 31/01/85, do *Banco Central do Brasil,* comunica que os produtores rurais prejudicados pelo excesso de chuvas, no Espírito Santo, poderão fazer jus a prorrogações no pagamento de suas dívidas. No caso de recurso ao *Proagro,* as comunicações de perdas poderão ser feitas fora do prazo habitual, desde que laudo pericial o justifique, dada a intrafegabilidade de várias estradas. Também as perdas provocadas pela impossibilidade de escoamento das safras poderão ser cobertas pelo *Proagro.* A circular recomenda, ainda, prioridade para a concessão de novos financiamentos aos produtores atingidos (*Diário Oficial* de 01/02/85).

A *Circular nº 913,* de 31/01/85, do *Banco Central do Brasil,* comunica que as destilarias autônomas poderão optar, até 28/02/85, pela capitalização dos valores da correção monetária incidente sobre financiamentos do *Proálcool* concedidos entre 20/09/79 e 30/06/81. Para tanto, os mutuários deverão assinar termo aditivo ao instrumento de crédito, concordando com a aplicação dos encargos financeiros vigentes em 31/12/82. Estes compreendem juros de 5% a.a. e correção monetária correspondente a percentuais da variação da *ORTN* que vão de 65% a 45%, de acordo com a região (*Diário Oficial* de 1º/02/85).

A *Circular nº 916,* de 22/02/85, do *Banco Central do Brasil,* estende aos produtores rurais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro o apoio já concedido àqueles do Espírito Santo, através da *Circular nº 912.*



IMPORTAÇÕES

A *Resolução nº 998,* de 30/01/85, do *Banco Central do Brasil,* prorroga, até 31/03/85, o prazo para importação de 14.700 t de feijão de cores a serem compradas com isenção de *IOF,* de acordo com o estabelecido na *Resolução nº 930,* de 27/07/84 (*Diário Oficial* de 31/01/85).

MEIO AMBIENTE

O *Decreto nº 90.883,* de 31/01/85, cria no Paraná a área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, localizada nos municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá. Trata-se de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde se encontram espécies raras e ameaçadas de extinção, sítios arqueológicos (sambaquis) e o complexo estuarino da baía de Paranaguá. A medida prevê o controle do uso de agrotóxicos e o estabelecimento de critérios racionais de uso e ocupação do solo.

Dentre as espécies animais raras encontradas na região, destacam-se o papagaio-de-rabo-vermelho, macuco, jaó, jacutinga, onça-pintada e jacaré-de-papo-amarelo (*Diário Oficial* de 1º/02/85).



TRIGO

A *Portaria nº 05,* de 29/01/85, da *Sunab,* reajusta os preços de venda aos moinhos de trigo em grão e os preços da farinha, conforme apresenta o Quadro 06 *(Diário Oficial* de 30/01/85).

Este reajuste ocorre 47 dias após o último de 1984, continuando a tendência à redução do intervalo entre os reajustes, que se verifica desde outubro de 1984 e que se insere na política de retirada de subsídios da economia. No caso do trigo, a demora em retirar o subsídio ao consumo reside, de um lado, no impacto que a medida teria sobre os índices de inflação e, por outro, nos problemas nutricionais que poderiam sobrevir, já que a produção dos prováveis substitutos, como o arroz e a mandioca, não se tem elevado de forma a compensar a redução no consumo, que se seguiria a uma súbita e acentuada elevação no preço do trigo. Em 1984, foram consumidas aproximadamente 6 milhões de t do cereal, 72% das quais importadas.

A *Portaria nº 6,* de 1º /02/85, da *Sunab,* fixa em Cr$ 842.212/t o preço de aquisição para o triticale e o trigo de produção nacional, da safra 1984 a vigorar em fevereiro de 1985 *(Diário Oficial* de 05/02/85).

QUADRO 06 – BRASIL – PREÇO DE AQUISIÇÃO DO TRIGO NACIONAL, PREÇO DE VENDA AOS MOINHOS DO TRIGO EM GRÃO E PREÇOS DA FARINHA DE TRIGO

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS EM FEV/85	VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO A DEZ/84–FEV/84	
Aquisição do trigo nacional	Cr$/t	842.212	30	322
Venda do grão aos moinhos	Cr$/t	506.256	20	242
Farinha de trigo				
Comum	Cr$/50 kg	36.311	19	251
Especial	Cr$/50 kg	46.475	19	251
Para fins não alimentícios	Cr$/50 kg	52.684	24	172
IGP–DI[1]	–	–	13	196

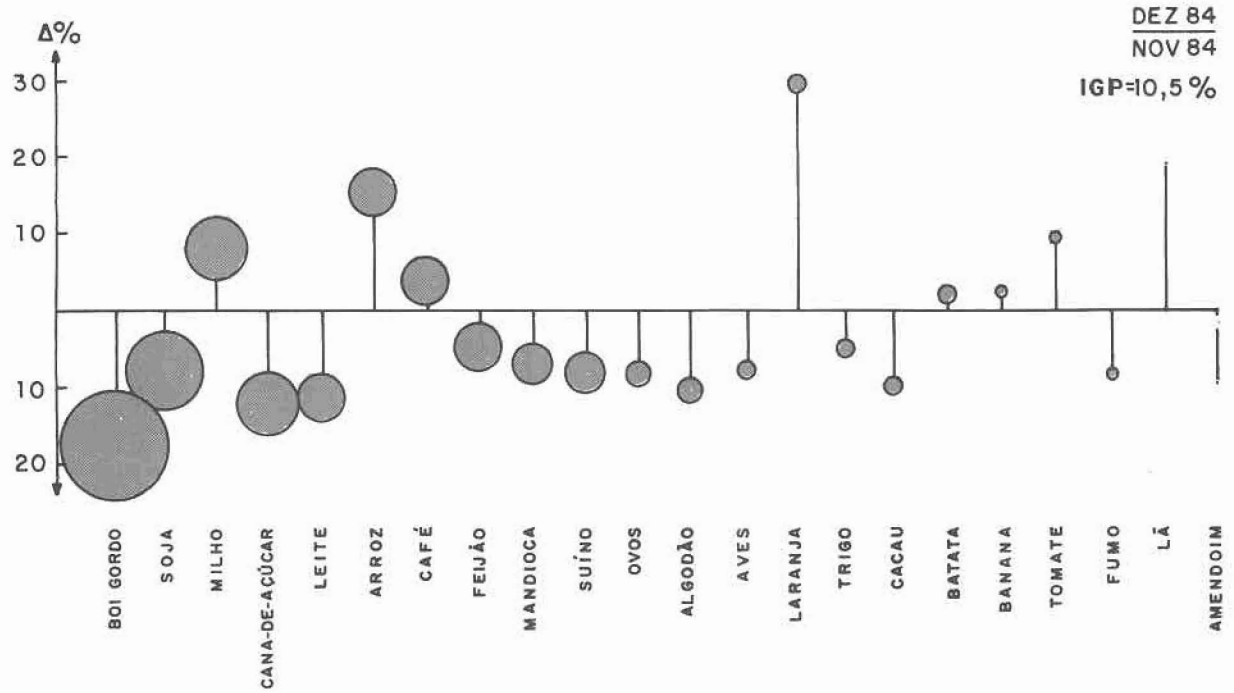
FONTE – Sunab (diversas portarias) e Conjuntura Econômica.
[1] Calculado com base no IGP–DI do mês de janeiro, 1985.

VITIVINICULTURA

A *Portaria nº 29,* de 29/01/85, do Ministério da Agricultura cria a *Divin (Divisão de Inspeção de Vinhos e Derivados),* subordinada à *Secretaria de Inspeção de Produto Vegetal da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária.* O novo órgão terá como atribuições o controle da produção e da circulação de uva, vinho e derivados; proposição de padrões de identidade e qualidade de vinhos; aprovação de rótulos e embalagens; concessão e cancelamento do registro federal dos estabelecimentos que produzem, manipulam e industrializam vinho e derivados etc *(Diário Oficial* de 1º/02/85).



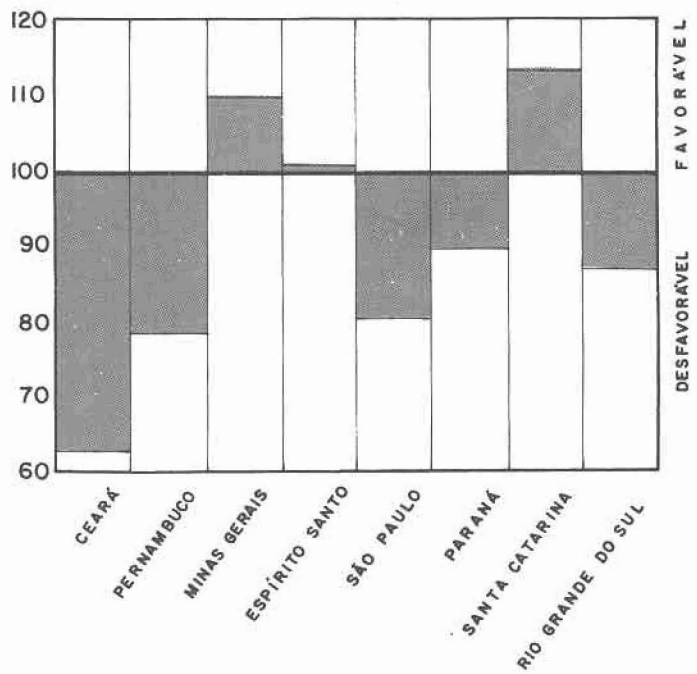
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS DEZEMBRO 1984



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de janeiro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de janeiro*
3 — Preço médio na última quinzena de janeiro*
4 — Preço médio na última semana de janeiro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,97	4,36	4,35	4,49		4,36		4,72		5,10		5,10	5,51					*Gill and Duffus* prevê que o consumo mundial superará a produção em 1,8 milhão de t.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	75,40	66,03	65,32	64,81		66,03		67,05		67,96			67,87		67,88			As últimas safras dos EUA e da China provocaram aumento dos estoques mundiais. As perspectivas para 1984/85 são de uma produção mundial recorde.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.564	2.155	2.219	2.256		2.155		2.178		2.167		2.158			2.086			Boas perspectivas para a próxima safra mundial. Notícias de atraso de embarques e dificuldades de transporte em alguns países africanos.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US ¢/lb-peso	141,71	146,12	149,47	149,44		146,12		143,04		141,01		139,22			137,85			Mercado espera que o Brasil retome o ritmo normal de suas vendas.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	330,55	270,89	271,63	271,45		270,89		276,83		279,49		273,48			268,00		↓	Previsão de menor exportação de milho norte-americano e aumento dos estoques finais, nos EUA, para 30 milhões de t.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	765,67	593,89	601,44	601,80		593,89		605,61		614,81	616,16	609,88		611,47			↓	Demanda pelo farelo retraída na Europa e preocupação quanto ao desenvolvimento da safra no Hemisfério Sul.
SOJA FARELO US$/tonelada	204,13	144,32	143,38	142,08		144,32		149,86		155,03	156,89	158,32	159,23		164,99		↓	Posição do dólar frente às moedas européias pesa de forma negativa sobre os preços do farelo.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	352,96	356,66	348,65	348,73		356,66		341,47		332,49		333,47			343,87		↓	Rumores de compras soviéticas e redução das estimativas do USDA para os estoques finais de 1984/85.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de janeiro de 1984, corrigido pelo IGP, Col. 2, para janeiro de 1985.
2 — Preço médio no mês de janeiro
3 — Preço médio na última quinzena de janeiro
4 — Preço médio na última semana de janeiro
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	119.221	64.095	65.800	66.000	↓	O Paraná deverá colher uma safra recorde de 850 mil t. A falta de recursos do governo agrava a situação dos produtores do Centro-Sul, pois o mercado não está pagando o preço mínimo.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	76.911	70.405	74.500	74.600	↓	O início da colheita da safra ainda não foi capaz de compensar a pequena disponibilidade no mercado. Expectativa quanto à seqüência dos leilões da **CFP.**
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	318.026	500.262	506.100	509.800	↓	Tendência altista deve ser refreada pelos leilões do **IBC.**
BOI GORDO Cr$/arroba	65.570	57.227	57.200	56.400	↓	Boa oferta de animais para abate. Dificuldade de repasse dos preços ao consumidor.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	79.357	73.690	75.000	77.500		Com o final de colheita em São Paulo, espera-se que o mercado se ajuste ao preço mínimo.
FRANGO Vivo Cr$/kg	2.410	1.825	1.728	1.705		Influência do aumento da produção de pintos no final de 1984.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	34.261	23.964	24.250	24.250		Com o início da colheita, os preços deverão adequar-se aos reajustes do preço básico.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	59.437	38.929	40.800	41.600		O enfraquecimento das cotações externas do farelo mantém os preços em compasso de espera, apesar da estiagem nas regiões produtoras do Sul do Brasil.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

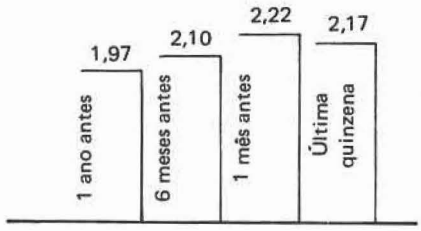
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, Coluna 2.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

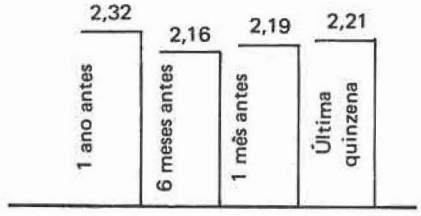
Pequenas variações nas cotações. No caso da soja, resultantes do fortalecimento do dólar, que vem acarretando queda no consumo do grão e do farelo.

Algodão/Soja



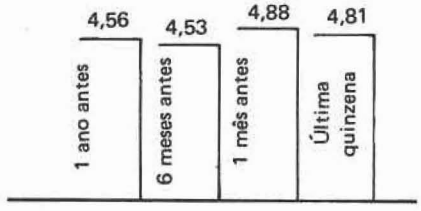
Menor 12% comparativamente ao preço de seis meses antes, a cotação do milho na quinzena reflete o aumento de 4,6% no excedente do grão norte-americano no presente ano, em cotejo com o remanescente em 1984. Simultaneamente, o preço da soja caiu 9,6%.

Soja/Milho



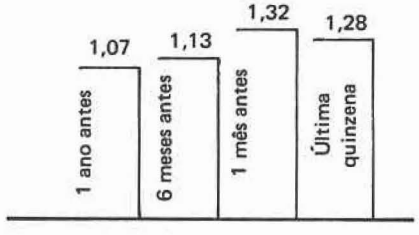
A grande safra de algodão nos **EUA** e a oferta mundial recorde do produto, em 1984/85, responsabilizam-se pela queda do preço, que, durante a última quinzena, apresentou-se 6,3% inferior ao de seis meses antes.

Algodão/Milho



A boa safra de cereais obtida na Europa vem acirrando a concorrência entre os exportadores, o que obrigatoriamente se reflete nas cotações destes produtos.

Trigo/Milho

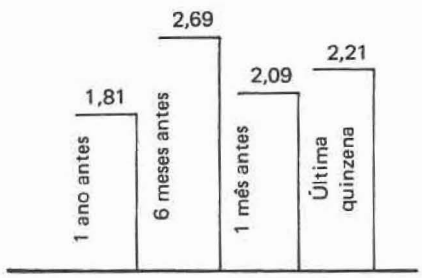


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

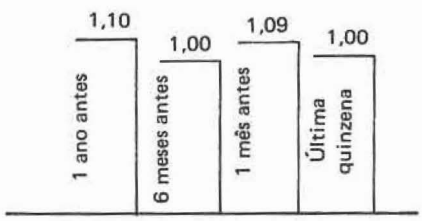
A estabilidade do preço do boi gordo na quinzena, aliada ao aumento da produção de pintos de corte no final do ano passado, atuou negativamente sobre a cotação do frango vivo, que foi 5,3% inferior à média do mês e 28% menor do que há um ano.

Boi Gordo/Frango Vivo



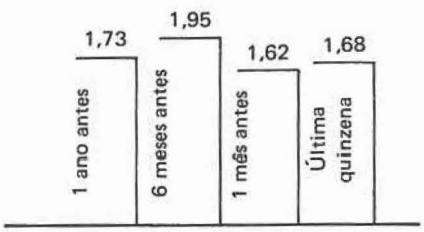
O ganho de 2,5% no preço da ração para ave de corte durante a quinzena, fez com que se retornasse ao patamar registrado seis meses antes.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



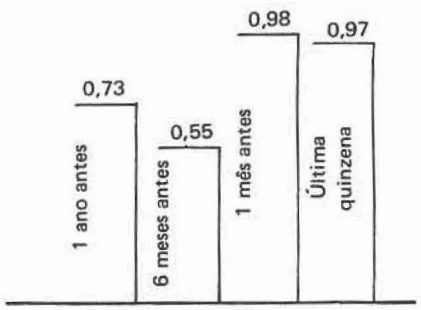
A soja vem apresentando tendência a acompanhar a queda das cotações no mercado externo, enquanto o milho teve seu preço reajustado de acordo com o preço mínimo de garantia do governo.

Soja/Milho



A estabilidade do preço do feijão preto durante a quinzena, aliada ao aumento de 1,8% na cotação da variedade carioquinha, justifica a pequena alteração registrada, comparativamente à média do mês. No caso do feijão de cor, a recuperação de seu preço foi ditada pela interrupção da entrada do produto proveniente de São Paulo.

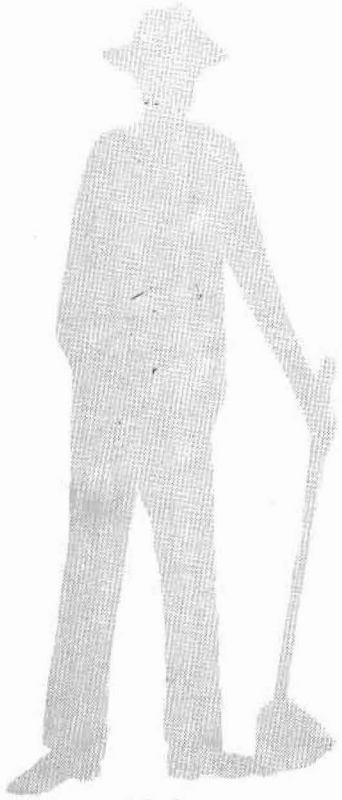
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 07 – LAVOURAS – ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO OBTIDA NO ANO CIVIL DE 1984, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE DEZEMBRO(1)

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA COLHIDA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)
Abacaxi		31.997	(3)	637.358
Algodão		3.103.288		2.161.171
Algodão arbóreo		1.430.023		267.725
Algodão herbáceo		1.673.265		1.893.446
Alho		11.811		42.896
Amendoim		149.827		247.706
Amendoim (1ª safra)		105.781		185.701
Amendoim (2ª safra)		44.046		62.005
Arroz		5.356.071		9.022.536
Aveia		120.247		131.041
Banana		402.148	(4)	464.558
Batata-inglesa		174.483		2.210.255
Batata-inglesa (1ª safra)		100.981		1.231.483
Batata-inglesa (2ª safra)		73.502		978.772
Cacau	(2)	608.836	(5)	345.915
Café em coco	(2)	2.452.366	(5)	2.705.556
Cana-de-açúcar		3.862.259		241.518.012
Cebola		67.757		705.408
Centeio		3.919		2.959
Cevada		73.804		72.862
Coco-da-baía		158.098	(3)	529.016
Feijão		5.306.388		2.621.009
Feijão (1ª safra)		2.826.836		1.400.603
Feijão (2ª safra)		2.479.552		1.220.406
Fumo		285.301		414.814
Guaraná		6.907		908
Juta		20.880		19.091
Laranja		633.092	(3)	66.858.370
Malva		52.583		51.349
Mamona		412.583		224.725
Mandioca		1.816.649		21.275.200
Milho		12.204.340		21.174.162
Pimenta-do-reino		20.177		41.909
Rami		4.495		9.625
Sisal		320.350		224.760
Soja		9.416.303		15.537.356
Sorgo granífero		150.784		300.634
Tomate		51.787		1.790.559
Trigo		1.735.840		1.829.758
Uva		56.916		693.493

FONTE – IBGE.

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Área ocupada com pés em produção. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos. [5] Produção esperada.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL